

EC/INEP



013028

X SEMINÁRIO DE METODOLOGIAS
DE AVALIAÇÃO DE UNIVERSIDADES

DOCUMENTO BÁSICO

4) (042)

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PROGRAMA DE TREINAMENTO DE EXECUTIVOS UNIVERSITÁRIOS
DO NORDESTE (PROTEX)

SEMINÁRIO DE METODOLOGIAS
DE AVALIAÇÃO DE UNIVERSIDADES

DOCUMENTO BÁSICO

PATROCÍNIO - MEC/SESU

EXECUÇÃO - UFBA/ISP - UFC/CETREDE

SALVADOR - BAHIA

JUNHO - 1982

EQUIPE TÉCNICA

Jacques Therrien

Jandyra Leite Simões

Jorge Hage Sobrinho

Maria Angélica de Mattos

Sofia Lerche Vieira

AUXILIARES TÉCNICOS

Judite Amélia Lago Dultra

Matilde Eugenia Schnitman

1 - INTRODUÇÃO	6
1.1 - Antecedentes do projeto.....	6
1.2 - Apresentação do documento.....	8
1.3 - Metodologia do trabalho.....	8
2 - 0 PROBLEMA DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	9
2.1 - Questões conceituais.....	10
2.1.1 - Avaliação, pesquisa e planejamento	10
2.1.2 - Os níveis de avaliação institucional de universidade.....	13
2.1.3 - As áreas ou setores institucionais de avaliação.....	17
2.2 - Questões metodológicas (operacionais) da avalia ção institucional em universidade.....	18
2.2.1 - Os procedimentos da avaliação.....	18
2.2.2 - A credibilidade da avaliação.....	19
2.2.3 - Os prazos e as limitações metodológicas	19
2.2.4 - A utilização dos resultados da avalia_ ção.....	20
2.2.5 - As prioridades.....	21
2.3 - Questões organizacionais.....	21
2.3.1 - Composição da equipe de avaliação cen- tral.....	21

2.3.2 - Localização e estabilidade do grupo ...	22
2.3.3 - Articulação com os diversos níveis e instâncias da universidade	22
3 - PERSPECTIVAS	23
4 - EXPERIÊNCIAS DE AVALIAÇÃO	24
4.1 - Comentários e apreciação sobre as experiências registradas	24
4.2 - Categorização das experiências	32
Avaliação global	32
Corpo discente	47
Ensino, pesquisa e extensão	57
Organização e funcionamento	73
Recursos humanos	87
Recursos materiais e financeiros	93

1.1 - Antecedentes do projeto

O Programa de Treinamento de Executivos Universitários do Nordeste (PROTEX) e uma iniciativa conjunta da Universidade Federal da Bahia, através do Centro de Estudos Interdisciplinares para o Setor Público (ISP), e da Universidade Federal do Ceará, através do Centro de Treinamento em Desenvolvimento Econômico Regional (CETREDE), e vem sendo apoiado pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e Cultura.

O referido programa teve sua origem em atividade promovida pelo CETREDE-UFC, em fevereiro de 1980, o seminário denominado "A Universidade e o Desenvolvimento Regional". Após essa oportunidade, ocasião em que estiveram reunidos pró-reitores de todas as áreas das Universidades, algumas iniciativas no setor foram desenvolvidas. Entre elas destacam-se os encontros regulares de pró-reitores de áreas específicas, os encontros de reitores do Nordeste e os eventos promovidos pelo PROTEX, em 1980 e 1981, a saber:

Seminário sobre Estratégias de Planejamento Participativo nas Instituições de Ensino Superior do Norte e Nordeste (25 a 29 de agosto de 1980)

Curso sobre Política e Desenvolvimento de Recursos Humanos das áreas Técnico-Administrativas nas Instituições de Ensino Superior¹ do Norte e Nordeste (6 a 10 de outubro de 1980 - 1º módulo, 13 de outubro a 30 de novembro de 1980 - 2º. módulo, 1 a 5 de dezembro de 1980 - 3º módulo)

Seminário sobre Planejamento e Administração de Recursos Financeiros e Orçamentários na Universidade (23 a 25 de fevereiro de 1981)

Em março de 1981, as Universidades Federais da Bahia e do Ceará submeteram a apreciação da SESu-MEC proposta de continuidade do Programa para 1981-1982, onde foram previstas 12 atividades e eventos, incluindo seminários, cursos e ciclos de debates, envolvendo dirigentes universitários de diversos níveis e áreas de atuação.

Embora o plano de trabalho tenha tramitado nos órgãos competentes do MEC por alguns meses, dificuldades orçamentárias impossibilitaram que o montante global dos recursos fosse liberado naquela oportunidade.

Após sucessivos entendimentos com a SESu-MEC, uma parcela dos recursos foi liberada, o que exigiu a redução do escopo e da amplitude da proposta e motivou a escolha do tema "Metodologias de Avaliação de Universidades" como eixo central dos trabalhos. O presente estudo constitui, portanto, a última etapa do PROTEX a não ser que se volte a contar com apoio financeiro do MEC para continuidade do projeto.

O ESTUDO E SEMINÁRIO DE METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO DE UNIVERSIDADES tem como objetivo a identificação, levantamento, análise e debate das experiências desenvolvidas no Brasil em matéria de modelos e métodos de avaliação ou diagnóstico institucional de universidades, com vistas à discussão e possível "adoção, por parte das Universidades do Nordeste, dos modelos e metodologias que se revelem mais adequados à sua realidade atual.

A tarefa incluiu um trabalho de localização e le

vantamento de experiências, uma etapa de análise e elaboração de documentos, com debates técnicos em instâncias sucessivas, e, finalmente, agora, a realização de um seminário com administradores universitários para, a partir do estudo preliminar realizado, discutir e analisar as diferentes alternativas de avaliação, visando o aproveitamento do que houver de mais relevante nas experiências identificadas.

1.2 - Apresentação do documento

O presente documento tem por objetivo reunir as informações coletadas na 1ª etapa do trabalho, realizada no período de março a maio de 1982, pelas equipes técnicas do ISP e CETREDE, bem como apresentar a análise das mesmas e algumas reflexões sobre o problema da avaliação, suas vicissitudes e limitações.

1.3 - Metodologia do trabalho

A programação deste trabalho constou de duas etapas principais: I. Levantamento (março-abril de 1982) e II. Análise (abril-maio de 1982).

Na etapa 1, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

a) Identificação e levantamento de experiências de avaliação desenvolvidas no âmbito do MEC;

b) Identificação e levantamento de experiências em outros órgãos da administração federal ligados ao ensino superior, a pesquisa e ao planejamento de um modo geral;

c) Identificação e levantamento de experiências em Universidades brasileiras;

d) Entrevistas com dirigentes de órgãos e especialistas interessados no assunto, sobre alternativas metodológicas, aplicabilidade, etc.

Na Etapa II, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

a) Seminário técnico para definição do esquema de análise;

b) Organização das informações e realização da análise;

c) Produção de documentos, fichas ou tabulações preliminares;

d) Seminário técnico para a discussão dos elementos resultantes da análise e definição do documento básico para o Seminário Final;

e) Elaboração do documento básico.

2 - 0 PROBLEMA DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

As reflexões apresentadas a seguir têm por finalidade a formulação de elementos de referência para uma ampla discussão de metodologia e de modelos de avaliação institucional em universidades. Pretendem também levantar questões para o debate e a análise da prática da avaliação.

Em princípio, fica determinado que, embora o referencial conceitual sobre avaliação institucional se aplique a um universo de situações diversas, este estudo está voltado para a instituição Universidade.

O tema "modelos de avaliação de universidades", por sua vez, não revela uma pretensão de desenvolver e privilegiar abordagem específica ou modelos particulares. Os elementos oferecidos a seguir são apenas e não mais do que subsídios, uma vez que se estabelece o pressuposto de que cada situação de avaliação institucional requer a adequação dos instrumentos e estratégias de pesquisa a determinados fins, em instituições que têm sua identidade própria. O estudo de modelos de avaliação visa apenas contribuir para a informação de posturas metodológicas, permitindo ao executivo, enquanto cientista e pesquisador, um livre trânsito no trato dos problemas de investigação institucional.

As idéias apresentadas neste documento deverão ser completadas e enriquecidas pelo debate que pretendem suscitar no Seminário.

2.1 - Questões conceituais

2.1.1 - Avaliação, pesquisa e planejamento.

A idéia comum que se associa ao conceito de avaliação revela, muitas vezes, os "fantasmas" da reprovação, do fracasso e do erro, presentes nos processos de avaliação do desempenho ou da aprendizagem escolar. O "medo" da avaliação tem origem em percepções errôneas de uma importante atividade voltada para a coleta de informações sobre ações e programas em processo, tendo em vista a tomada de decisões baseadas em valores explícitos, numa abordagem projetiva.

Quando se trata de avaliar dimensões e processos institucionais, as perspectivas diferem da pesquisa institucional. Enquanto a pesquisa institucional produz conhecimentos científicos relativos à instituição, a avaliação se situa num grau mais avançado, porque refere esses conhecimentos aos valores e objetivos explícitos e implícitos da instituição.

São características, portanto, da avaliação institucional sua relação estreita com os processos de decisão, sua dimensão mais projetiva do que mera constatação de fatos consumados, seu movimento permanente de reflexão sobre a ação em processo e, principalmente, seu envolvimento com aspectos valorativos, necessitando o cotejo de dados quantitativos e qualitativos para a formulação de juízos conclusivos.

Dessa forma, fica evidenciado que a avaliação institucional se articula estreitamente com as esferas da política institucional e, portanto, é parte integrante e substantiva dos processos de planejamento. Assim como pesquisa e planejamento são interfaces dinâmicas de um processo de reflexão e ação, a avaliação não pode ser concebida como fato isolado, mas constitui parte integrante das atividades de planejamento.

As primeiras perguntas a serem colocadas no empreendimento da avaliação referem-se aos objetivos, às metas, aos fins das ações e dos programas das instituições em análise. A avaliação procede mediante indicadores e critérios para a formulação dos juízos de valores. Os objetivos institucionais e setoriais, definidos a nível da política institucional, constituem os parâmetros básicos do planejamento e da avaliação institucional.

Do ponto de vista teórico, da mesma forma que a instituição universitária não pode prescindir de um planejam-

to global que, de um lado, defina sua identidade ou seu caminho e, de outro lado, constitua, a base do planejamento setorial integrado, as atividades de avaliação repartem-se ao nível global e setorial. Todavia, essa constatação não encontra respaldo na prática que se tem limitado, na maioria dos casos, a aspectos setoriais e fragmentários da instituição universitária.

Em síntese, essas observações conduzem à pergunta: afinal, para que a avaliação da Universidade? Uma resposta adequada, além de enfatizar a necessidade de garantir a efetividade do planejamento, deve ressaltar a importância de assegurar a credibilidade da instituição universitária tanto aos olhos de sua comunidade interna, como perante a sociedade onde ela se insere. Nessa perspectiva, as abordagens setoriais de planejamento e avaliação se revelam incompletas, porque essa credibilidade requer avaliações capazes de mostrar não apenas o somatório de realizações da instituição, mas, sobretudo, o efeito ou impacto de sua presença e atuação no contexto social que lhe dá razão de ser.

As limitações dos enfoques setoriais levam, muitas vezes, a se considerar a avaliação como mera prestação de contas do uso de recursos públicos. Esses enfoques não ultrapassam, às vezes, as dimensões gerenciais das instituições. Nesse sentido, não revelam o grau de consciência que a Universidade deveria ter da demanda específica da sociedade sobre ela. Conseqüentemente, não contém a resposta por ela fornecida, através de um projeto institucional articulado e globalizado.

A compreensão da prática da avaliação institucional, como processo permanente integrado ao planejamento, contém, no seu bojo, o poder de fazer eclodir as definições neces-

sárias à descoberta de eixos comuns entre os diversos segmentos da universidade, revelando e consolidando os elementos que dão identidade e autonomia a um projeto de universidade. Ao mesmo tempo em que contribui para a unificação efetiva das partes num todo coerente e atuante, a avaliação consolida os empenhos de participação, porque reconhece os princípios da democracia e da responsabilidade conjunta.

2.1.2 - Os níveis de avaliação institucional de universidade

Delimitado o conceito de avaliação institucional, surge a questão dos possíveis enfoques ou níveis da prática da avaliação. Quando o pesquisador, o executivo universitário ou a equipe de avaliação iniciam sua prática, sob que prisma focalizam o fenômeno universitário? Que nível de preocupação ou interesse revelam suas indagações? São identificados, a seguir 5 enfoques possíveis, definindo-se, para cada um, os tipos de estudos que se consideram incluídos na categoria, suas principais características e a natureza (econômica, pedagógica, etc.) dos critérios de avaliação que predominam:

a) Análise da eficiência da instituição no uso dos recursos: humanos, materiais, físicos ou financeiros.

Essas avaliações incluem, entre outros tipos:

- . estudos de produtividade;
- ' . estudos de custos;
- . estudos de racionalidade administrativa;
- . avaliações da eficiência gerencial;
- . avaliações do rendimento (produtividade) do pessoal docente e administrativo;

- . estudo do uso racional do espaço físico;
- . diagnósticos diversos através de indicadores, índices, coeficientes técnicos ou medidas de rendimento.

Suas características principais são a ênfase em questões relativas à produtividade máxima da instituição na relação insumo-produto, às causas de disfunções e formas de correção. Tendem a ser estudos eminentemente quantitativos.

Os critérios dominantes nesse tipo de avaliação são econômicos e administrativos-gerenciais-organizacionais.

- b) Avaliação da conformidade da instituição (ou de determinados setores) com os modelos organizativos prescritos em lei.

Essas avaliações incluem, entre outras:

- . avaliações do funcionamento da estrutura departamental, de colegiados de cursos, de colegiados superiores;
- . avaliações da implantação do 19 ciclo;
- . avaliações da conformidade legal de currículos;
- . avaliações de propostas de criação, autorização ou reconhecimento de cursos, departamentos, universidades;
- . avaliações da implantação da reforma universitária.

Suas características principais são o interesse central voltado para saber em que medida a instituição está em acordo com o que a legislação prevê. Frequentemente, porém, es_

se tipo de análise vem combinado com uma avaliação crítica das próprias prescrições legais, o que o faz integrar, também, outros enfoques. Quando se admite o pressuposto de que as normas legais prescrevem modelos racionais e econômicos por excelência, a avaliação se confunde, em grande parte, com o enfoque anterior (a). Se, por outro lado, for possível admitir que as prescrições legais adotem opções válidas em termos eminentemente pedagógico-educacionais, essa espécie de avaliação se confundirá, em boa parte, com o que se expõe adiante (c). Esses estudos tendem a ser mais qualitativos.

Os critérios dominantes nesse tipo de avaliação são jurídico-legais (a não ser no caso das ressalvas feitas).

c) Avaliações de "qualidade" ou excelência intrínseca da Universidade, que podem ser divididas em:

- . Avaliação da qualidade dos insumos do processo educativo:
recursos humanos docentes e administrativos;
espaços e instalações;
equipamentos e bibliotecas, etc.
- . Avaliação dos processos e procedimentos:
da gerência, enquanto instituição universitária;
do ensino, nas suas dimensões didáticas e de integração nas diversas áreas da Universidade.
- . Avaliação da qualidade dos produtos do processo educativo:
da boa formação discente e da qualidade dos profissionais formados;
do nível da produção científica;
da qualidade da extensão.

Caracterizam-se por um questionamento mais voltado para o próprio objeto dos diversos programas e por uma tendência eminentemente qualitativa.

Os critérios dominantes nesse tipo de avaliação são educacionais-pedagógicos, científicos, acadêmicos e, em menor grau, gerenciais-organizacionais.

d) Avaliação da contribuição (ou da resposta) da universidade aos problemas do seu contexto.

Essas avaliações, que têm a ver diretamente com a eficácia da instituição, voltam-se para o impacto das funções-fim da universidade sobre o seu meio, particularmente em termos de congruência entre a demanda externa e a oferta da instituição. Incluem os tipos de avaliação de políticas e programas educacionais.

Suas características são um grau maior de abrangência e globalidade, porque implicam na existência e no reconhecimento de um determinado eixo comum, que transcende todos os setores da instituição, criando um potencial de conexão e interação com o meio-ambiente. A instituição como um todo deve participar desse intercâmbio e não apenas alguns setores isolados. Essas avaliações remetem a questão ao plano político, porque implicam em definições iniciais quanto a: quem define ou interpreta os "problemas e demandas"? de quem? e quem os impõe à universidade? por que tipo de canais? etc.

Envolvem abordagens qualificativas (predominantemente) e também quantitativas.

Os critérios dominantes desse tipo de avaliação são eminentemente político-sociais.

e) Avaliação do exercício do papel de instância crítica da sociedade.

O exercício da função transformadora da universidade, como instituição científica por excelência, lhe confere o papel de *locus* de questionamento radical e sistemático de toda a sua realidade interna em compasso com o próprio contexto onde ela se insere. Essa prática faz parte da busca de contribuição para a emergência de um meio humano mais "viável". A avaliação da prática dessa instância constitui-se num recurso dinâmico da autenticidade desse exercício. Reconhece-se, contudo, a ausência dessas avaliações devido, provavelmente, a falta de definição dos caminhos ou projetos que dão a universidade sua identidade própria.

2.1.3 - As áreas ou setores institucionais de avaliação.

Como forma de classificar a prática da avaliação, pode-se, por outro lado, partir do objeto ou fato observado a saber, os elementos de manipulação empírica. Identificam-se, assim, as áreas ou setores específicos, que se estão avaliando, complementados por categorias mais abrangentes-

Da mesma forma que o planejamento setorial tem o seu significado, quando referido ao planejamento global, que da o sentido da instituição universitária, a avaliação setorial ocorre sempre dentro de um determinado enfoque que define a sua abrangência. A interface necessária entre os setores em estudo e o nível da avaliação revela a abrangência do empreendimento.

2.2 - Questões metodológicas (operacionais) da avaliação institucional em universidade.

Algumas questões metodológicas serão apenas esboçadas nesta parte, tendo em vista que o assunto constitui o tema central do Seminário e nele deve ser debatido de modo amplo e livre.

2.2.1 - Os procedimentos da avaliação.

Na discussão sobre os procedimentos da avaliação, parte-se do princípio de que cada situação específica, dentro do seu contexto institucional, condiciona a metodologia adequada. Cabe ao executivo universitário, como ao pesquisador ou à equipe de avaliação, adquirir um nível de competência capaz de conferir uma postura de autonomia metodológica ao tratamento dos problemas de avaliação. Procedimento é meio, é estratégia e, portanto, admite formas alternativas. O importante é a definição explícita dos fins ou objetivos da avaliação. Os procedimentos são caminhos e devem-se adequar à realidade concreta e viável. As soluções dependem, normalmente, da imaginação e da criatividade do responsável, não havendo lugar para o dogmatismo improdutivo.

Duas grandes tendências, entretanto, podem ser observadas. A primeira inclui os procedimentos mais convencionais usados até hoje, que enfatizam métodos quantitativos, e vão desde os sistemas de informação e diagnósticos até formas mais sofisticadas de análises comparativas.

Por outro lado, surgem atualmente outros tipos de abordagem mais caracterizados por formas participativas, abertas e democráticas. Contestam, muitas vezes, o tradicional rigor dos cânones dos métodos científicos oriundos das ciências

exatas e, por outro lado, têm maior poder de interação e impacto sobre o meio, além de fornecer, muitas vezes, informações mais realistas e dinâmicas. Incluem, entre outros, seminários e discussões de avaliação com especialistas e agentes envolvidos nos processos em estudo, com professores e alunos, comissões e outras formas de debates participativos.

2.2.2 - A credibilidade da avaliação

Na universidade, onde se cotejam profissionais e especialistas das mais diversas áreas do saber, muitas vezes surge o problema da dificuldade de penetração do técnico de avaliação não-especialista na área específica em observação. A formação de grupos compostos de técnicos em avaliação (metodologia) trabalhando conjuntamente com especialistas da área permite dar à equipe de avaliação o *status* de que necessita, não somente para levar a termo sua tarefa, como para garantir a credibilidade da avaliação. A isso se associam, muitas vezes, problemas de linguagem, seja na discussão dos fenômenos, seja na difusão dos resultados. O poder da avaliação não reside na sofisticação dos conceitos ou dos procedimentos, mas na sua capacidade de penetração na área onde se desenvolve.

2.2.3 - Os prazos e as limitações metodológicas.

A avaliação institucional, enquanto produção de informação úteis para a tomada de decisão e intervenção nos processos em ação, gera impasses metodológicos e situações delicadas para as equipes, que sempre enfrentam prazos limitados e rigorosos para a entrega dos resultados. A ação não para e as decisões devem ser tomadas em tempo. Essas exigências determinam prazos que, muitas vezes, arriscam o rigor metodológico da produção de conhecimentos científicos. É nesse momento que o pesquisador, no caso, o executivo universitário, deve saber

fazer uso da flexibilidade dos recursos e dos procedimentos de investigação. Sem afetar a validade das informações produzidas, faz-se necessário, muitas vezes, substituir altos níveis de segurança cognitiva, garantidos através de rigorosos e longos procedimentos, por praticas menos dogmáticas, susceptíveis, porém, de produzir resultados também eficientes, por vezes mais oportunos e úteis, porque "em tempo hábil". Da mesma forma e com o mesmo espirito, devem ser contornados os impasses políticos da avaliação e as limitações da alegada "falta de dados básicos".

2.2.4 - A utilização dos resultados da avaliação.

A maior crítica comumente dirigida à prática da avaliação refere-se à não utilização dos resultados dessa atividade. Se a equipe for externa a instituição, os resultados correm o risco de permanecer desconhecidos da maioria dos interessados. No caso de equipes internas, as freqüentes mudanças administrativas provocam, no mais das vezes, o arquivamento dos documentos.

O poder de impacto e o de utilidade dos resultados da avaliação parecem intimamente ligados a integração da prática avaliativa com o processo de planejamento, como uma atividade sistemática e contínua. Somente dessa forma, poderá ocorrer uma absorção espontânea da informação nos processos de decisão e de planejamento.

Embora já escape ao objeto desse Seminário, cabe registrar ainda, que as limitações e duvidas que cercam a propria atividade de planejamento nas universidades, atingem, em cheio, a questão da avaliação.

2.2.5 - Às prioridades

A multiplicidade de situações e necessidades que motivam a prática da avaliação, já limitada pela escassez de recursos, sugere o estabelecimento de prioridades de ação. Dois critérios parecem oportunos para tais definições. Primeiro, o privilégio deve ser dado aos estudos que contribuem para uma melhor definição dos rumos e da identidade da instituição universitária. Segundo, numa perspectiva mais pragmática, maior atenção deve ser dada às atividades e projetos em fase de consolidação. Tais medidas não somente podem garantir resultados mais úteis, como podem contribuir para maior estabilidade dos processos administrativos. Nesse sentido, as avaliações "de final de gestão" universitária não devem ser concebidas como prestação de contas em final de programas, mas como forma de garantir a continuidade e a consolidação dos mesmos.

2.3 - Questões organizacionais

A inserção da atividade de avaliação na estrutura da instituição levanta questões organizacionais de grande relevância. De fato, a viabilidade dessa prática depende mais da credibilidade adquirida pela equipe de avaliação e sua capacidade de mobilidade na instituição, do que da autoridade hierárquica que lhe é conferida.

2.3.1 - Composição da equipe de avaliação central

Certos aspectos devem ser levados em consideração, tais como:

a) os órgãos de origem de seus membros, particularmente no caso de equipes mistas ou de comissões, com ou sem caráter de representatividade;

b) os tipos de experiências profissionais e de formação dos seus membros;

c) a diversificação da equipe e suas dimensões;

d) a divisão interna do trabalho, com a distribuição de tarefas e responsabilidades.

2.3.2 - Localização e estabilidade do grupo

As propostas de avaliação permanente e sistemática não excluem a prática de investigações ocasionais. Considerando-se a integração com o planejamento, parece evidenciar-se uma relação funcional com essa última área. Todavia, algumas considerações devem ser feitas.

Discute-se a localização da equipe junto à Pró-Reitoria de Planejamento, ou junto ao Gabinete do Reitor. Se, de um lado, as implicações políticas dessa atividade e sua relação aos processos de tomada de decisão sugerem uma localização que favorece a mobilidade - no caso, o Gabinete do Reitor -, por outro lado, o caráter globalizante do planejamento remete a atividade para o órgão central de planejamento. Mas a prática do planejamento nas nossas universidades não tem demonstrado uma atuação de caráter realmente central e globalizador por parte da maioria das Pró-Reitorias de Planejamento. Por isso, em geral, o órgão de planejamento parece não ter poder funcional bastante para uma atuação de coordenação e de integração.

2.3.3 - Articulação com os diversos níveis e instâncias da universidade.

A prática da avaliação na universidade traz implicações tais como a necessidade de penetração nos diversos setores da instituição, tanto para assegurar a credibilidade dessa

atuação e a efetivação de suas recomendações, como para ponderar o caráter político de associação com os processos de tomada de decisão. Isso sugere que seja assegurado um alto grau de participação e de envolvimento dos diferentes níveis e setores da universidade. Todavia, sempre será necessário definir onde fica a coordenação do processo e a cúpula do sistema.

De qualquer maneira, devem ser previstas as mais diversas formas de articulação da equipe, mantendo-se os elos de integração com os diversos segmentos da instituição.

3 - PERSPECTIVAS

A prática da avaliação institucional em universidades tem, entre nós, uma história ainda recente. Embora não seja possível discernir a tendência de sua evolução própria, pode-se associá-la aos rumos da própria universidade no que diz respeito à política e ao planejamento institucional. Nessa perspectiva, devem ser destacadas as propostas e reivindicações de participação democrática que caracterizam o atual momento universitário no País. Assim sendo, alguns imperativos para a avaliação se colocam para o debate:

a) Ser um procedimento científico de prestação de contas substantiva para uma comunidade chamada a participar, tanto das decisões, como da execução dos programas e projetos de uma instituição pública;

b) Ser um instrumento de credibilidade interna e externa da capacidade da Universidade em construir seu projeto autônomo e eficaz no contexto onde se insere;

c) Ser uma atividade de reflexão sistemática e permanente sobre a ação-em-processo, como pratica da própria comunidade universitária que se integra ao redor de um projeto comum.

4 - EXPERIÊNCIAS DE AVALIAÇÃO

4.1 - Comentários e apreciação sobre as experiências registradas

Procurou-se identificar e registrar as experiências de avaliação de universidades, realizadas no Brasil, nos últimos dez anos. Limitações de tempo e recursos, entretanto, impediram o alcance desse objetivo em toda a sua extensão.

Dessa forma, a partir de um fichamento inicial de cerca de 500 trabalhos sobre questões institucionais da Universidade brasileira, selecionou-se 151 documentos que tratam especificamente de avaliação e contem o relato de uma experiência ou a proposta de realização de uma avaliação, fundamentada numa metodologia explicita ou passível de inferência. Esses relatos, conforme a sua natureza, foram classificados em:

- . Tese ou dissertação -. trabalhos feitos como requisito de programas de pós-graduação;
- . Relatório de pesquisa - trabalhos que observam, com maior rigor, os cânones e critérios estabelecidos para o trabalho científico e que, via de regra, foram realizados com objetivos acadêmicos;

- . Relatório de estudos e diagnóstico - trabalhos feitos com vistas à imediata constatação de uma realidade ou situação institucional concreta, para fundamentar a ação ou intervenção de um agente organizacional e que, do ponto de vista dos procedimentos metodológicos, adotam postura mais flexível quanto aos rigores do chamado "metodo científico";
- . Instrumentos institucionais de avaliação - conjuntos de modelos, formulários e matrizes usualmente utilizados por determinadas instituições, com fins de avaliação, sem se fazer acompanhar, necessariamente, da descrição ou do relato de uma aplicação específica;
- . Exposição - comunicações em congressos ou seminários, que resumem os resultados de uma pesquisa ou de um estudo realizado;
- . Projeto - proposta metodológica de pesquisas, estudos ou experiências ainda não levadas a cabo;
- . Outros - trabalhos onde se infere uma avaliação mas que não se enquadram em nenhuma das categorias acima.

Os 151 trabalhos selecionados são resultado da consulta feita aos órgãos da administração federal, no âmbito do MEC e de outras instituições ligadas ao ensino superior, à pesquisa e ao planejamento de um modo geral, e a 23 instituições de ensino superior de todas as regiões do País. Estão listados neste documento com a indicação bibliográfica, breve resumo do conteúdo e registro do local onde podem ser encontrados.

A partir da realidade . identificada, a listagem agrupou os trabalhos por temas, sem pretender, entretanto, constituir-se numa proposta de tipologia de avaliação. São os seguintes os temas utilizados:

- . Avaliação global - trabalhos que enfocam todos ou vários aspectos de uma instituição ou setor ;
- . Corpo discente - trabalhos sobre o alunado da universidade, não so no que se refere ã sua condição de corpo discente propriamente dito, como também a sua condição de ingresso aos cursos superiores ou egresso desses cursos;
- . Ensino, pesquisa e extensão - trabalhos que enfocam aspectos específicos de cada uma . das funções-fim ou de uma função como um todo;
- . Organização e funcionamento - trabalhos que estudam o modelo da universidade, no todo ou em parte, nos seus aspectos organizacionais ou gerenciais ;
- . Recursos humanos - trabalhos sobre o pessoal do centro ou administrativo.
- . Recursos materiais e financeiros - trabalhos que analisam questões de custos, instalações material, equipamentos e espaço físico.

Os trabalhos listados, depois de classificados segundo a natureza, o tema abordado e as instituições onde foram realizados, encontram-se condensados nas Tabelas I, II e III e os dados revelam algumas tendências na avaliação da Universidade brasileira. Sugerem, ainda, uma série de questionamentos, quando postos diante das considerações relativas a "O problema da avaliação institucional", item 2 deste documento. É o debate que se pretende provocar no Seminário.

TEMAS ESTUDADOS POR INSTITUIÇÕES

TEMAS	INSTITUIÇÕES		Inst. Ens. Sup.		Org. Adm. Fed.		Outros		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1 - AVALIAÇÃO GLOBAL	18		10		01		01		29	(19)
2 - CORPO DISCENTE	19		-		03		03		22	(15)
3 - ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO	30		01		04		04		35	(23)
4 - ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO	30		01		-		-		31	(20)
5 - RECURSOS HUMANOS	12		01		02		02		15	(10)
6 - RECURSOS MATERIAIS E FINAN CEIROS	14		01		04		04		19	(13)
TOTAL	123	(82)	14	(9)	14	(9)	14	(9)	151	(100)

TABELA II

NATUREZA DOS TRABALHOS POR TEMA

TEMAS	Tese/diss.		Rel. Pesq.		Rel. Est.e Diag.		Projetos		Instr. Insti- tucional		Exposição		Outros		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1 - AVALIAÇÃO GLOBAL	03		02		17		01		04		-		02		29	(19)
2 - CORPO DISCENTE	07		11		01		03		-		-		-		22	(15)
3 - ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO	15		05		07		03		01		04		-		35	(23)
4 - ORGANIZAÇÃO E FUN- CIONAMENTO	17		05		08		01		-		-		-		31	(20)
5 - RECURSOS HUMANOS	04		02		04		05		-		-		-		15	(10)
6 - RECURSOS MATERIAIS E FINANCEIROS	03		03		05		03		-		02		03		19	(13)
TOTAL	49	(32)	28	(19)	42	(28)	16	(11)	05	(03)	06	(04)	05	(03)	151	(100)

NATUREZA DOS TRABALHOS DESENVOLVIDOS NAS INSTITUIÇÕES

NATUREZA	Inst. Ens. Sup.		Org. Adm. Fed.		Outros		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
1 - TESE/DISSERTAÇÃO	49		-		-		49	(32)
2 - RELATÓRIO DE PESQUISA	22		01		05		28	(19)
3 - REL. ESTUDOS E DIAGNÓSTICO	32		09		01		42	(28)
4 - PROJETO	15		-		01		16	(11)
5 - INSTRUMENTOS INSTITUCIONAIS	01		04		-		05	(03)
6 - EXPOSIÇÃO	02		-		04		06	(04)
7 - OUTROS	01		01		03		05	(03)
TOTAL	122	(81)	15	(10)	14	(09)	151	(100)

Verifica-se, na Tabela I, que as avaliações vêm sendo desenvolvidas nas próprias IES (82%). Entretanto, 40% desses trabalhos são teses ou dissertações apresentadas como requisitos para conclusão de cursos de pós-graduação (Tabela II). Isto leva a se indagar sobre o compromisso trabalhos/ autores com a instituição: se esses trabalhos estão sendo aproveitados e se correspondem aos interesses e necessidades das IES.

De iniciativa da própria instituição predominam os estudos e diagnósticos que sugerem duas diferentes situações: preocupação de conhecimento da realidade para posterior intervenção (corrigindo distorções) ou "mera constatação de fatos consumados" sem relação "com os processos de decisão" e sem "a dimensão projetiva e envolvimento com aspectos valorativos" (Tabela III).

Quanto aos órgãos da administração federal, predominam as preocupações com avaliações de caráter global ou multi-setorial através de estudos e diagnósticos ou da simples aplicação de instrumentos institucionais de avaliação (Tabela III).

Observa-se, ainda, que as IES têm-se voltado para estudos de caráter setorial, predominando a preocupação com os temas "Ensino, Pesquisa e Extensão" e "Organização e Funcionamento" (Tabela I). Vale ressaltar que, no primeiro grupo, o assunto mais estudado tem sido Cursos/Currículos e, no segundo grupo, o Departamento. Em "Corpo Discente" os interesses incidem mais sobre o Egresso ou o Vestibulando; parece haver menor preocupação com o estudante universitário, enquanto membro integrante e atuante da comunidade universitária. Em "Recursos Materiais e Financeiros" predominam os estudos de "Custos". O tema "Recursos Humanos" parece constituir uma preocupação crescente, pois é o agrupamento que contém maior número de projetos, alguns já em desenvolvimento.

Finalmente, ao considerar-se o quadro referencial exposto no subitem 2.1.2, que trata dos níveis de avaliação, verifica-se que os trabalhos coletados situam-se nos 3 (três) primeiros relacionados: análise da eficiência no uso de recursos: humanos, materiais, físicos ou financeiros; avaliação da conformidade da instituição (ou de determinados setores) com modelos organizativos prescritos em lei; e, em menor escala, avaliações de "qualidade" ou excelência intrínseca da universidade.

Não foram encontrados trabalhos que pudessem ser classificados nos níveis de: avaliação da contribuição da Universidade aos problemas do seu meio ou avaliação do exercício do seu papel de instância crítica da sociedade.

4.2 - Categorização das Experiências

AVALIAÇÃO GLOBAL

1

BAHIA. Universidade Federal. *Diagnóstico dos problemas operacionais da Universidade Federal da Bahia*. Salvador, UFBA, 1977. 239p. ilust. (Relatório de Estudos e Diagnóstico).

O documento está dividido em 3 secções contendo:

a) Avaliação da recente atuação social da Universidade Federal da Bahia-, b) Estudo das atividades-fim da Universidade Federal da Bahia; c) Estudo preliminar das atividades de Administração Geral da UFBA. O estudo pretende compreender os problemas operacionais que perturbam o funcionamento da UFBA e montar um projeto global de crescimento ordenado. Na secção a), o estudo abrange: 1) Atuação da UFBA no ensino de 3º grau do Estado da Bahia; 2) Dificuldades nos fatores de produção da UFBA; 3) Solicitações sociais que recairão sobre a UFBA em futuro próximo. Na secção b): 1) Análise crítica do processo de Administração Acadêmica: Ensino de Graduação; 2) Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa na UFBA; 3) A Extensão Universitária. Na secção c): 1) Atividades de Administração Geral da UFBA; 2) Dificuldades operacionais na Administração Geral da UFBA; 3) Considerações finais.

UFBA/ISP

2

BAHIA. Universidade Federal. Centro de Administração Pública-ISP. *Plano de prospecção inicial da UFRN e UFAL*. Salvador, 1972. Convênio MPGC/ERA-FGV-UFBA/ISP. (Projeto).

O projeto visa diagnosticar a situação das Universidades Federais do Rio Grande do Norte e de Alagoas com o fim de promover a Reforma Administrativa.

UFBA/ISP

MEC/INEP
SIBF - CIBEC

UFBA
CIBEC

3

BAHIA. Universidade Federal. Centro de Estudos Interdisciplina-
res para o Setor Público-ISP. *Diagnóstico Institucional da
Universidade Católica do Salvador*. Bahia, 1980. 3 v. (Rela-
tório de Estudos e Diagnóstico)

O relatório contém, além da introdução na qual se
anuncia a sua estrutura e se expõem as características gerais
do diagnóstico institucional empreendido, os seguintes elemen-
tos de conteúdo: 1) uma apreciação sumariada gênese da insti-
tuição; 2) análise da administração acadêmica; da administra-
ção geral e financeira, do espaço físico, instalações e equi-
pamentos; da política de pessoal docente; econômico-financei-
ra: custos operacionais e eficiência interna; das funções
fins: ensino, pesquisa e extensão; do corpo discente e da par-
ticipação estudantil; 3) as diferentes visões da UCSAL na con-
juntura atual; 4) conclusões e recomendações; 5) metodologia
e instrumentos (adendo).

UFBA/ISP

4

BAHIA. Universidade Federal. Centro de Estudos Interdisciplina-
res para o Setor Público-ISP. *Programa de Desenvolvimento
da Escola de Agronomia da UFBA*. Salvador, 1979. 10 v. Con-
vênio MEC/DAU-UFBA/ISP. (Relatório de Estudos e Diagnósti-
co).

Trabalho apresentado em 10 volumes contendo um diag-
nóstico exaustivo da Escola de Agronomia da Universidade Fede-
ral da Bahia, visando um programa de desenvolvimento para aque-
la Unidade. O programa e apresentado em 3 projetos: 1) Propo-
sição para um Programa de Desenvolvimento da Escola de Agrono-
mia em Cruz das Almas; 2) Modernização Administrativa; 3) Mo-
bilização de Recursos Produtivos. Traz ainda em anexos: Estu

33

do de ocupação física para a Biblioteca; Coletânea sobre o Curso de Agronomia; Algumas características da expansão do setor agrícola e relatórios dos seminários para discutir o programa apresentado e a formação do agrônomo.

UFBA/ISP

5

BRASIL. Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. *O sistema departamental na Universidade brasileira*. Brasília, 1974. 4 v. Projeto MEC/SUBIN/DAU/CRUB. (Relatório de Pesquisa).

PARTE 1: Pesquisa sobre o Departamento na Universidade brasileira: 1.0 - Antecedentes.; 2.0 - Análise do Modelo A; 3.0 - Análise do Modelo B. PARTE 2: O departamento na Universidade brasileira: 1.0 - Pensamento do CFE sobre o Departamento; 2.0 - Análise macro-organizacional; 3.0 - Estudo conceitual sobre o Departamento: 1. parte - Modelo básico, 2. parte - A Universidade, 3. parte - Um modelo para o Departamento 4.0 - Afinidade e interdisciplinaridade. 5.0-Departamentalização na Universidade brasileira, 5.1 - Organização departamental: Um exemplo retirado da área de Ciências Humanas, 5.2 - Departamentalização na área das Ciências Médicas. 6.0 - Dimensionamento de um Departamento. 7.0-Necessidades físicas do Departamento. 8.0-0 Departamento e o sistema de pessoal da Universidade. 9.0 - O Departamento como unidade orçamentária 10.0 - Financiamento do Departamento. 11.0 - O Plano departamental na Universidade: 1. parte - Conceitos, princípios e diretrizes, 2. parte - Estruturação do plano, 3. parte - Um modelo de Plano Departamental: A experiência da Universidade Federal do Pará. 12.0 - Departamento e sistema de informações da Universidade; 13.0 - Departamento como unidade didática. 14.0 - Departamento como empresa. 15.0 - Produtividade e custos. 16.0 - Tendências do Ensino Superior Brasileiro.

17.0 - Documentação na Universidade. Anexo. Bibliografia consultada. UFBA/ISP

6

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. CAPES. *Produtividade dos Cursos de Pós-Graduação no Brasil - 1975*. Brasília, 1976. (Relatório de Estudos e Diagnostico).

O objetivo do trabalho é apresentar aos órgãos de planejamento educacional o esboço de uma metodologia e uma abordagem mais específica para avaliar a situação dos cursos de pós-graduação no Brasil. O trabalho se desenvolveu em 4 etapas: 1- Organização de dados para o Diagnostico da Pós-Graduação (tabulação dos dados levantados por área de conhecimento segundo o PNPg); 2- Seleção de Informações (estudo das informações contidas nas tabelas que serviram para a construção dos gráficos); 3- Estabelecimento de Índices de Produtividade para a Pós-Graduação (análise dos dados coletados e tabulados para determinar índices de produtividade e potencialidade dos cursos, independente da área de conhecimento) 4- Elaboração de Gráficos para visualizar, área por área, a situação dos cursos de Pós-Graduação. UFPA/ISP

7

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. CAPES. *Programa de acompanhamento e avaliação da Pós-Graduação*. Brasília, 1982. (Instrumentos Institucionais de Avaliação).

O Programa tem como objetivo registrar a evolução de todos os cursos e centros de pós-graduação e avaliar seu desempenho acadêmico. A fonte primária dos dados é fornecida através de um relatório anual que os cursos de pós-graduação enviam à CAPES, onde constam informações sobre: corpo docente,

linhas de pesquisa e produção científica, dissertações ou teses apresentadas, desempenho dos bolsistas, etc. Com a finalidade de facilitar o preenchimento do relatório, atualmente os cursos recebem uma listagem com o registro das informações semi-fixas, cabendo-lhes apenas completá-las ou indicar as modificações que, porventura, tenham ocorrido. Os relatórios anuais dos cursos são examinados por Comissões de Consultores da CAPES que avaliam o desempenho qualitativo e quantitativo de cada curso e recomendam a alocação de cotas de bolsas no País. São fornecidas também fichas para análise de cursos de pós-graduação e para síntese das avaliações de cursos de forma a operacionalizar os critérios utilizados.

CAPES

8

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. *Formulários propostos para atender às exigências da Resolução 07/78, que fixa normas para autorização e reconhecimento de universidades.* Brasília, 1982. (Instrumentos Institucionais de Avaliação).

Em número de quinze (15), os formulários se destinam a registrar dados que possibilitem a avaliação global da instituição.

UFBA/ISP

9

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Assuntos Universitários. *Análise de nove universidades brasileiras - Universidade Federal da Bahia.* Brasília, 1971. 265 p. Programa MEC-BID - Convênio de Assistência Técnica. (Relatório de Estudos e Diagnóstico).

Nove universidades são analisadas nos seus aspectos

36

infraestruturais a fim de adequar-se às necessidades geradas pela implantação da Reforma: UFC, UFPE, UFBA, UFMG, UFV, UFRJ, PUCRJ, UnB, USP. Os dados obtidos são analisados pelos especialistas da CEPES: estrutura acadêmica, estrutura administrativa, sistemas de orçamento e patrimônio, instalações físicas, setores de planejamento e extensão.

UFBA/ISP

10

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Assuntos Universitários. *Avaliação do PEAS na Universidade Federal da Bahia*. Brasília, 1978. (Relatório de Estudos e Diagnostico).

Diagnostico da situação global das Escolas de Agronomia e de Medicina Veterinária da UFBA, identificando pontos críticos em todos os níveis: espaciais, arquitetônicos, administrativos e organizacionais.

UFBA/ISP

11

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Assuntos Universitários. *O ensino das Ciências Agrárias. Análise e Recomendações*. Brasília, 1974. 61 p. (Relatório de Estudos e Diagnostico)

Análise da estrutura e funcionamento dos cursos de Ciências Agrárias. O trabalho contém, além da introdução, a relação das instituições e dos cursos da área, oferecidos por essas instituições; caracteriza o corpo docente e o discente, as bibliotecas, as instalações, os cursos de Engenharia de Pesca e Engenharia Agrícola, Pós-Graduação e, por fim, apresenta conclusões gerais e recomendações. Em anexo, o volume traz:

1 - dados cadastrais; 2 - currículos mínimos; 3 - sugestões das necessidades mínimas para instalação de ciclos profissionais dos cursos de Engenharia Agrônômica e Florestal; 4 - instrumentos de coleta das informações.

UFBA/ISP

12

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Assuntos Universitários. *Programa Nacional de Planejamento Universitário-PROPLAN*. Brasília, 1977.

Para detalhar as diretrizes de aplicação do modelo do PROPLAN, o documento avalia as conseqüências da Reforma Universitária afirmando que, embora correta em seus pressupostos, não conseguiu romper a tradição elitista, mimética e centralizadora do sistema educacional, nem tampouco transformou o aspecto cartorial e tecnocrático que ainda reveste alguns setores da administração brasileira. Segundo o documento, a Lei 5.540 não anulou a estrutura em vigor. Implantou-se paralelamente. A presença de duas tendências - liberal e funcional - ensaia o "polinormativismo" que é reflexo da presença contraditória de normas tradicionais e modernas.

UFBA/ISP

13

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Assuntos Universitários. *Reforma universitária; avaliação da implantação*. Salvador, 1975. 2 v. Convênio MEC/DAU - UFBA/ISP. (Relatório de Pesquisa).

O trabalho se propõe à verificação de como estavam sendo implantados os elementos de conteúdo característicos da legislação reformadora e que impactos, decorrentes dessa, implantação, foram gerados sobre as universidades em sua estrutu-

38

ra e dinâmica de funcionamento, evidenciando e avaliando as principais dificuldades encontradas no processo de transformação das universidades brasileiras. A investigação não se detém em nenhum objeto de análise particular e dá uma visão panorâmica da realidade estudada. Na administração acadêmica, a área onde mais se fez sentir os impactos da Reforma, os problemas funcionais se evidenciam e varias fórmulas são adotadas, baseadas nos princípios da Reforma e decorrentes da sua interpretação. As áreas conflitantes, fatores de resistência e tendências são detectadas pela equipe e analisadas detalhadamente.

UFBA/ISP

14

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino Superior. *Diagnóstico das IES federais*. Brasília, 1981. (Instrumentos Institucionais de Avaliação).

Conjunto de formulários (21) destinados a registrar informações que possibilitem uma análise da instituição nos seus vários aspectos.

UFBA/ISP

15

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino Superior. *Perfil acadêmico das IES federais; aspectos preliminares*. 2 ed. Brasília, 1980. 122p. ilust. (Relatório de Estudos e Diagnostico).

O trabalho atualiza algumas informações contidas no Diagnóstico do Sistema Acadêmico das IES publicado em março de 1979 e enfatiza questões relacionadas principalmente com a expansão do sistema, suas dissimilaridades internas e faz uma primeira incursão em aspectos orçamentários. Visando subsidiar os dirigentes dos órgãos envolvidos com o sistema de ensino

39

superior federal em análises e decisões, procura, através dessas informações, proporcionar uma visão global do corpo docente e do discente das IES nos últimos anos e suas relações com os recursos disponíveis.

UFBA/ISP

16

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino Superior. Departamento de Pessoal. *Diagnostico do Sistema Acadêmico das IES - autarquias e fundações*. Brasília, 1979. (Instrumentos Institucionais de Avaliação).

Análise dos dados coletados sobre a situação das IES, principalmente quanto a situação "dos corpos docente e discente e distribuição das diferentes atividades universitárias.

UFBA/ISP

17

CEARÁ. Universidade Federal. *Avaliação da Reforma Universitária no âmbito de uma Universidade: a Universidade Federal do Ceará*. 2 ed. Ceará, Imprensa Universitária, 1973, 202p. II Encontro de Reitores, Brasília, 5 a 9 de novembro de 1973. (Relatório de Estudos e Diagnostico).

Acompanhamento e avaliação das transformações estruturais e funcionais que se processaram na Universidade Federal do Ceará e que foram consolidadas com a Reforma Universitária. A reforma estrutural, a reforma funcional e a reforma física são os aspectos acompanhados e avaliados no trabalho.

UFBA/ISP

40

GOIÁS. Universidade Católica. Instituto de Pesquisas Econômi-
co-Sociais. *Diagnóstico da Universidade Católica de Goiás.*
Goiânia, 1973.. (Relatório de Estudos e Diagnostico).

UCG

GUTIERREZ, Washington. *Diagnóstico das escolas de educação
física do Estado do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre, UFRGS -
Faculdade de Educação, 1976. (Dissertação de Mestrado).

Estuda o fenômeno recente ocorrido na vida educacio-
nal do Estado do Rio Grande do Sul: a criação de escolas de
Educação Física. A pesquisa mostra a origem dessas escolas,
seus recursos financeiros, patrimoniais e didáticos, a oferta
e a procura de vagas, sua capacidade de formação de professo-
res, seus principais problemas e possibilidade de soluciona-
los. Conclui apresentando sugestões e recomendações, projeção
do alunado e professorado para o quinquênio, na tentativa de
dar idéia do provável mercado de trabalho.

UFBA/FACED

MARANHÃO. Fundação Universidade. Secretaria de Planejamento.
*Relatórios da semana de debates dos professores e alunos da
FUM.* São Luis, 1978. (Relatório de Estudos e Diagnósti-
co).

São apresentados, por Centros, os relatórios dos do-
centes e alunos, focalizando os impasses da universidade, prio-
ridades para atendimento, conclusões da avaliação geral e re-
comendações.

FUM-SEPLAN

MARANHÃO. Fundação Universidade. Superintendência do Planejamento. *Manual de Supervisão do Plano de Ação da Universidade*. São Luis, 1974. (Projeto).

São apresentados: objetivos do Plano; metodologia do trabalho; as fases de supervisão e avaliação; normas de procedimentos e os roteiros de entrevista para os diversos setores.

FUM/SUPLAN

MARCHETTI, Maria Lujan. *Universidade: produção e compromisso*. Fortaleza, Edições UFC. 1980.- (Dissertação de Mestrado).

O trabalho se articula em cinco partes ou capítulos. Inicialmente, propõe um rápido retrospecto da evolução da Universidade desde suas origens medievais até o seu transplante para a América Latina e o Brasil. Em seguida, busca a consistência teórica do conjunto de noções com que lida: desenvolvimento, ciência e tecnologia, estrutura e organização da Universidade, ensino, pesquisa, difusão cultural, etc. O terceiro capítulo especifica e detalha o confronto entre a UFC e o Estado do Ceará. O penúltimo fornece uma análise da produção da UFC. nos três níveis em que tradicionalmente é encarada, tendo como suporte tanto os dados disponíveis nos diversos setores da instituição quanto entrevistas realizadas com professores, pesquisadores e autoridades universitárias. O capítulo conclusivo aponta para as perspectivas e os limites do desempenho universitário.

UFC

MATTOS, Pedro Lincoln Carneiro Leão de. *A política de controle do Governo em relação às universidades federais autárquicas e suas conseqüências sobre as estruturas administrativas destas instituições.* Rio de Janeiro, FGV, 1980. (Dissertação de Mestrado).

A monografia pretende responder ao problema administrativo das universidades federais autárquicas a partir do estudo da política de controle implícita ou explicitamente induzida pelo Governo Federal no seu relacionamento com aquelas instituições. O trabalho objetiva provocar um reexame mais amplo e serio de todo o estado de coisas na estrutura administrativa das universidades e sugerir uma política de controle "para" as universidades e não "sobre" as universidades. O primeiro capítulo do trabalho caracteriza qual tem sido a política de controle do governo sobre as universidades federais, especialmente as autárquicas, através de uma breve retrospectiva histórica dos aspectos pertinentes ao tema desde os tempos da Colônia até fins do governo Geisel. O segundo capítulo faz uma abordagem teórica das conseqüências organizacionais e institucionais que se originam numa política de controle tal como foi caracterizada. O terceiro constitui um estudo empírico das ocorrências mais suscetíveis a uma análise quantitativa. No capítulo final, o autor aponta soluções e sugestões para o que chama grandes linhas de uma política de controle do Governo não mais "sobre" e sim "para" as UFAs. O estudo abrange 19 universidades federais autárquicas.

UFBA/ISP

MINAS GERAIS. Universidade Católica. Assessoria de Planejamento. *A Universidade Oculta.* Uma pesquisa de atitude. Belo Horizonte, 1979. (Relatório de Estudos e Diagnóstico).

A pesquisa capta a percepção subjetiva que os alunos têm da Universidade, entendendo que essa percepção tem valor de fato em si e é condicionante de comportamento. Subsidiou uma proposta de estratégia administrativa para a UCMG indicando intervenções dirigidas para os temas que se revelaram de ALTO INTERESSE e ALTA CONVERGÊNCIA de posturas coletivas para se conseguir o equilíbrio institucional. A investigação revelou ainda as conseqüências negativas da dissociação entre PODER DECISÓRIO e PODER ANALÍTICO e serviu de base a uma proposta de planejamento em administração encaminhada em 1981 a Secretaria de Planejamento e à Secretaria Geral do MEC.

UFBA/ISP

25

NETO, Antero Coelho. *Avaliação sem medo*. Fortaleza, Edit. Progresso, 1980.

O trabalho propõe a preparação de modelos de avaliação global e institucional adequados a determinados modelos de universidades. Com base em abordagens sistêmicas, faz uma aplicação ao modelo da UNIFOR.

UFC

26

RIO GRANDE DO SUL. Universidade Federal. Pró-Reitoria de Planejamento. *A reforma universitária - pressupostos gerais e implantação na UFRGS*. Porto Alegre, 1977. (Relatório de Estudos e Diagnostico).

O trabalho visa oferecer elementos para uma avaliação mais ampla da nova Universidade, alinhando aspectos a serem considerados num trabalho de maior alcance. Recapitula a imagem do que precedeu a Reforma e do que se esta conseguindo, as

dificuldades e distorções que estão exigindo a constante avaliação da sistemática dos procedimentos acadêmicos e organizacionais das novas universidades. O trabalho se divide em 4 partes: a primeira esclarece os motivos da avaliação e faz uma recapitulação comparada entre a universidade tradicional e a universidade reformada. Na segunda parte, exploram-se as características amplas da nova concepção da universidade: características legais, princípios básicos e funções. Da terceira parte consta um aprofundamento dos aspectos julgados anteriormente, em especial os aspectos estruturais: formulação legal, estrutura estatutária e regimental da UFRGS, interpretando o que está implícito em cada determinação legal - o que se deseja atingir e o que se faz necessário para atingir. O trabalho conclui indicando aspectos que merecem exame mais detalhado, procurando mostrar as áreas de dificuldade e de atrito.

UFBA/ISP

27

SERGIPE. Fundação Universidade Federal. Assessoria de Planejamento. *Planejamento e avaliação do sistema de ensino*. Um modelo experimental. Aracaju, FUFES-ASSPLAN, sd. 27p. (Relatório de Estudos e Diagnostico).

O trabalho propõe um modelo de planejamento e avaliação do sistema de ensino. Descreve, em primeiro lugar, o sistema de ensino, indicando seus objetivos, seus componentes (indicador de rendimento do corpo docente, indicador de rendimento do pessoal administrativo utilizado no ensino, indicador de rendimento do espaço físico), seu ambiente, recursos e administração, e apresenta o modelo evidenciando a função objetivo, benefícios e custos. Chama atenção também para as restrições e para a tecnologia dos processos.

UFBA/ASSPLAN

45

SILVA, José Hamilton Gondim et alii. *Modelo de avaliação do impacto sócio-econômico de projetos e programas do MEC em instituições federais de ensino superior*. Manual de instruções do coordenador local. Fortaleza, UFC-FCPC. 1979. (Relatório de Estudos e Diagnostico) .

Relatório de estudo apresentando: 1) o modelo teórico: a IES no contexto social; avaliação do impacto sócio-econômico; o processo educacional; o método de cálculo de indicador de impacto; 2) os indicadores de insumo: alunado de graduação e pós-graduação, o corpo docente, custeio e capital, instalações físicas e capacidade administrativa; 3) indicadores de produtos: produto de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão; 4) indicador de variação do bem estar social; 5) a entrada das informações (formulários e instruções); a escala de avaliação e o exercício de orçamentação.

UFC/FCPC

VIANNA, Luiz Duarte et. alii. *A nova estrutura acadêmica da UFRGS*. Primeiro ensaio de dimensionamento. Porto Alegre, UFRGS, 1971. 160p. (Relatório de Estudos e Diagnóstico).

O trabalho analisa detidamente aspectos práticos da Reforma: a estrutura bi-linear da UFRGS, os objetivos da reestruturação, órgãos superiores e de coordenação de natureza acadêmica, organização didática; sistema de planejamento acadêmico; pré-dimensionamento da UFRGS para 1980, primeiros dados para estudo do problema habitacional no entorno do novo campus; impacto 1971.

UFBA/ISP

ALAGOAS. Universidade Federal. *Egressos da Universidade Federal de Alagoas e sua trajetória no mercado de trabalho.* Maceio, sd. (Projeto).

Visa fornecer subsídios para reflexão e tomada de decisões que melhorem os cursos da Universidade Federal de Alagoas, tendo em vista a qualidade do produto a atuar na comunidade. Visa também caracterizar o corpo discente da UFAL nos aspectos sócio-econômico e cultural e o seu corpo docente no que se refere a aspectos sócio-econômico e profissional. É parte do projeto "A qualidade do produto da UFAL" e integra o da CAPES: "Mercado de Trabalho para os Egressos do ensino superior: Um centro de sondagem conjuntural".

UFBA/ISP

ANDREOLA, Balduino Antonio. *O problema da evasão nos cursos de pós-graduação.* Porto Alegre, UFRGS- Faculdade de Educação, 1977. (Dissertação de "Mestrado").

Estudo exploratório em torno do problema da evasão nos cursos de pós-graduação com o propósito de estabelecer hipóteses mais aproximadas que expliquem o fenômeno. Escolheu-se como amostra os cursos de Engenharia (alunos ingressos em 1973) por apresentarem maior índice de evasão.

UFBA/FACED

ARAÚJO, Geraldo Batista de. *Estudo analítico dos candidatos ao Concurso Vestibular da UFRN- 1980*. Natal, UFRN-COMPERVE, 1981. 42p. (Relatório de Pesquisa).

Levantamento de dados sócio-econômicos dos candidatos aos concursos vestibulares com ênfase nos aspectos educacionais. Analisa os fatores condicionantes da demanda e os aspectos intervenientes em distorções no ingresso à Universidade, o trabalho contém as tabelas e as análises individuais dos quadros referentes a cada pergunta respondida pelo vestibulando.

UFBA/ASSPLAN

AYRTON, Antônio e SANTOS, Hugo Menezes. *Aspectos do ensino superior no Amazonas*. Manaus, Instituto Euvaldo Lodi, 1971. (Relatório de Pesquisa).

O trabalho tenta mostrar a demanda e oferta de oportunidades educacionais superiores na cidade de Manaus. Analisa as condições existentes e oferece sugestões para maximização do rendimento escolar, visando atender às necessidades do mercado de trabalho.

UFBA/ISP

34

BAHIA. Universidade Federal. Assessoria de Planejamento. *Acompanhamento de graduados da UFBA*. Salvador, 1981 s.l. (Projeto).

O trabalho propõe-se a criar uma sistemática contínua de coleta e armazenamento de informações referentes às condições de absorção dos egressos da UFBA pelo mercado de trabalho. Na introdução, o trabalho ressalta a necessidade de proje-

48

tos paralelos também contínuos sobre os vários aspectos da vida universitária e de uma análise estrutural da sociedade que permita identificar tendências da economia, o que possibilitaria uma adequação prospectiva dos cursos. Além de descrever os objetivos, o projeto tem ainda a estratégia metodológica, a ficha de cadastramento e o questionário a ser aplicado para o levantamento de dados.

UFBA/ASSPLAN

35

BAHIA. Universidade Federal. Assessoria de Planejamento. *Oferta e demanda do ensino superior*. Salvador, 1975. (Relatório de Estudos e Diagnostico).

O estudo procura conhecer a tendência da comunidade por determinados cursos no período 1973-1975 por áreas de conhecimento. Objetiva subsidiar os órgãos da Administração Acadêmica da UFBA no planejamento da absorção dos estudantes.

UFBA/ASSPLAN

36

BAHIA. Universidade Federal. Assessoria de Planejamento. *Perspectiva de absorção pelo mercado de trabalho dos graduados da UFBA*. Salvador, 1975. (Relatório de Pesquisa).

• O trabalho descreve o universo da pesquisa e busca determinar as perspectivas de absorção pelo mercado de trabalho dos diplomados em geral e de acordo com o ano de diplomação. Traz, ainda, a análise das perspectivas profissionais a nível de curso, as conclusões e as tabelas.

UFBA/ASSPLAN

49

BAHIA. Universidade Federal. Assessoria de Planejamento. *Subsídios para a coordenação do desenvolvimento dos cursos; fixação de vagas de ingresso para 1973.* Salvador, UFBA, 1972. (Relatório de Pesquisa).

Trata-se de uma pesquisa cujo objetivo foi subsidiar a Universidade para a tomada de decisão quanto ao ordenamento do desenvolvimento dos cursos e a fixação de vagas de ingresso para 1973. O documento apresenta, na primeira parte, o que se convencionou chamar de "condicionantes externas à Universidade" constando a demanda de ensino superior, a análise da oferta (estoque) de profissionais na Bahia e indicadores da demanda de profissionais. A segunda parte do relatório contempla as chamadas "condições internas da Universidade" focalizando a capacidade docente da UFBA quanto a situação em termos globais, a situação por área, cursos e unidades e a organização acadêmica como condicionantes diretas do planejamento de vagas. A terceira parte contém as proposições para a formulação de diretrizes.

-

BAHIA. Universidade Federal. Escola de Biblioteconomia e Comunicação. *Pesquisa sobre profissionais da comunicação.* Salvador, UFBA/ASSPLAN. 1975. (Projeto).

■

■

Subsídios para orientar uma pesquisa sobre a situação do mercado de trabalho dos profissionais da Comunicação em Salvador. O trabalho contém o histórico da regulamentação da profissão no Brasil, as categorias profissionais segundo a legislação, critica a legislação e a absorção dos egressos pelas agências de comunicação. Os dados que serviram de base ao estudo se referem a 1973 e a proposta de trabalho consiste em:

atualizar os dados, conhecer o profissional de Comunicação que a UFBA forma em relação ao mercado de trabalho e verificar a necessidade de criação de novas habilitações.

UFBA/ASSPLAN

39

BRITO, Luiz Augusto F. Navarro de e CARVALHO, Inaiá Moreira de. *Condicionantes sócio-econômicos dos estudantes da UFBA Salvador*, UFBA-CRH. 1978. 92p. (Relatório de Pesquisa).

Estuda: 1) os condicionantes sócio-econômicos do ingresso na UFBA: a) a composição sócio-econômica do Vestibular - p comportamento das vagas de ingresso, a relação candidato/vaga, a composição sócio-econômica da demanda; b) a composição sócio-econômica dos classificados - classificados por área e curso, competitividade e seletividade, os classificados e outros indicadores adicionais; 2) os condicionantes do desempenho escolar na UFBA: as disciplinas de recuperação, a re provação, as recusas de matrícula.

UFBA/ISP

HO

BRITO, Maria do Socorro Taurino. *O Concurso Vestibular como instrumento de medida: uma proposta de avaliação*. Fortaleza UFC, 1982. (Dissertação de mestrado).

O trabalho propõe um modelo de planejamento e avaliação do Concurso Vestibular enquanto instrumento de medida. O modelo utilizado para fazer essa avaliação é mais abrangente do que o usualmente conhecido, A ele interessa não somente verificar se o instrumento em estudo esta de acordo com os requisitos ditados pela teoria das medidas educacionais, mas, também, de uma forma enfática, verificar se o "instrumento de medida que compõe o Concurso Vestibular atende aos dispositi-

51

vos legais que o regem. O modelo, aplicado ao vestibular da Universidade Federal da Paraíba em 1980, procura um acordo entre os resultados da análise qualitativa e quantitativa das provas e das questões.

(U r C - F A C E D

CLOSS, Iria Gehlen. *Mestrado em Educação no Brasil: retenção e produtividade.* Brasília, Universidade Federal de Brasília, 1977. (Dissertação de Mestrado).

Apresenta uma descrição dos alunos e dos cursos de Mestrado em Educação no Brasil e uma análise dos fatores determinantes da retenção dos alunos nesses cursos.

UFBA/FACED

42

COURTNEY, Dorothy Wimfred. *Custos e benefícios educacionais e sociais do vestibular.* Belém, Universidade Federal do Pará 1977. (Relatório de Pesquisa).

Exame do Concurso Vestibular sob duas perspectivas: como exame e como uma instituição que exerce considerável influência sobre outras instituições com as quais se relaciona. O estudo mostra a inadequação da forma de exame e da seleção utilizadas e as desvantagens e prejuízos dela decorrentes.

UrPA

43

CURI, Walter Fonad. *Fatores que influenciam a demanda educacional à UFMG.* Belo Horizonte, UFMG, 1975. (Dissertação de Mestrado).

FGV/IESAE

52

LOBATO, Emilia de Fátima M. *Mercado de trabalho e informação profissional para o Curso de Direito - Distrito de Belém, 1966 a 1970*. Rio de Janeiro. Pontifícia Universidade Católica, 1974. (Dissertação de Mestrado).

O estudo verifica o nível de absorção dos egressos do Curso de Direito de Belém/PA. Fornece subsídios para o Serviço de Orientação e Aconselhamento do Centro de Educação da Universidade Federal do Para e para a fixação da política universitária de expansão e aperfeiçoamento dos cursos dessa área.

PUC/RJ

MEDEIROS, José Adelino de Souza, CASTRO, Maria Terezinha Galhardo de, SILVEIRA, Vera Helena Ferraz de. Desvio ocupacional em Ciências Humanas: o caso dos graduados em Direito de São José dos Campos. *Caderno de Pesquisa*, São Paulo, (33): 29-44, maio 1980. (Relatório de Pesquisa).

Pesquisa de campo realizada com bacharéis formados pela Faculdade de Direito do Vale da Paraíba entre 1958 e 1976. Verifica a absorção de graduados pelo mercado de trabalho comprovando acentuado desvio ocupacional entre esses graduados.

UFBA/ISP

PERNAMBUCO. Universidade Federal. PROPLAN. *Pesquisa mercado de trabalho e profissionais de nível superior*. Recife, 1976. 91 p. (Relatório de Pesquisa).

Estudo comparativo da situação dos profissionais de nível superior diplomados nos anos de 1968, 69 e 70 e profis_

sionais diplomados em 1975. Ambas as pesquisas objetivaram conhecer 1) até que ponto os concluintes utilizaram os conhecimentos adquiridos e 2) as dificuldades encontradas junto ao mercado de trabalho, de modo a serem obtidos subsídios para fixação de vagas, adequação de currículos e métodos de ensino à realidade profissional e correções de deficiências verifica_

UFBA/ASSPLAN

RIO DE JANEIRO. Instituto Universitário de Pesquisa. *Mercado de trabalho de nível superior - oferta e demanda de advogados, engenheiros, economistas e administradores.* Relatório final. Rio de Janeiro, Ed. DADOS, 1972. 124p. (Relatório de Pesquisa).

O trabalho é apresentado em 6 capítulos: 1) Justificativas teóricas; 2) Desenho amostral e trabalho de campo; 3) Dimensionamento e descrição geral das empresas; 4) Advogados, engenheiros, administradores e economistas no Serviço Público Brasileiro; 5) Oferta e demanda do pessoal de nível superior no Brasil; 6) Implicações para a política. No capítulo 2 o trabalho discrimina as etapas, os critérios de seleção dos Estados estudados e a seleção dos ramos; analisa o setor secundário e terciário e explica a escolha de firmas grandes como unidades preponderantes e classifica os ramos. No capítulo 3 dimensiona a amostra, dá a descrição geral das empresas e quantifica o pessoal pós-graduado por elas absorvido. O capítulo 4 traz a metodologia do trabalho, análise dos dados, especificações necessárias, o papel do Setor Público e os seus níveis salariais. O capítulo 5 estuda a situação de profissionais de nível superior no Brasil de 1970, dá a tabela [comparativa de estoque, as variáveis e as hipóteses; no capítulo 6 estuda as possibilidades de correção das distorções, as características das profissões e faz projeções. .

UFBA/ASSPLAN

ROSA, Edwarde. *A evasão no Ensino Superior*. Um estudo sobre a UFGO. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas - Escola Brasileira de Administração Pública. 1975. 164p. (Dissertação de Mestrado).

Pesquisa de campo sobre o fenômeno da evasão na UFGO e suas conseqüências sobre o custo do aluno graduado.

UFBA/FACED

SANTA MARIA. Universidade Federal. Pr5-Reitoria.de Ensino e Pesquisa. *Análise das características sócio-econômico -culturais e do desempenho dos candidatos nas diferentes provas do Concurso Vestibular da UFSM-1977*. Santa Maria. v.1. (Relatório de Pesquisa).

O trabalho, na sua primeira parte, apresenta a relação das tabelas, a caracterização sócio-econômico-cultural da população e a interrelação das variáveis. Na segunda, a relação de quadros, de gráficos, o desempenho, dos vestibulandos nas diferentes provas, a distribuição de frequência das médias dos vestibulandos inscritos e classificados e a caracterização do desempenho desses candidatos nas áreas de: ciências biológicas, tecnológicas, humanas, econômicas e administrativas.

UFBA/ASSPLAN

TAMBINI, Maria Ignez S. Bedran. *O profissional chamado pedagogo: uma tentativa de caracterizar sua profissão na grande Belo Horizonte*. Belo Horizonte. UFMG. 1979. (Dissertação de Mestrado).

O trabalho estuda a profissão do pedagogo na tentati-

va de oferecer subsídios que ajudem a esclarecer a problemática profissional. A partir de considerações teóricas sobre as características de uma profissão, a função do sistema de ensino na sociedade e as possibilidades de trabalho da mulher, faz uma análise abrangendo os seguintes aspectos: papel do Curso de Pedagogia, caracterização do profissional atual e em potencial, competência e prática no mercado de trabalho.

UFBA/FACED

51

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. *A clientela estudantil que ingressa na Universidade: características, processo seletivo*. Niterói, 1977. v.2. (Relatório de Pesquisa).

O estudo teve como sujeitos, em sua 1ª etapa, os 6.663 vestibulandos concorrentes ao primeiro Concurso de 1971 e na 2ª etapa, os 2.071 aprovados no referido Concurso. Os questionários relativos a 1ª etapa foram aplicados durante a inscrição ao Vestibular e os da 2ª etapa, por ocasião da matrícula. Os instrumentos basicamente de estruturaram no sentido de colher dados relativos às características pessoais do informante, condições como estudante, nível motivacional para a carreira, grau de expectativa com relação à Universidade e caracterização sócio-econômica dos vestibulandos. No 1º volume os resultados foram estudados tomando-se por parâmetros áreas de conhecimento e cursos.

UFBA/ISP

56

ALFAIA, Iris Merêncio de Araújo. *Pesquisa para analisar o aproveitamento profissional do graduado pela UFPA.* Belém, Universidade Federal do Pará, 1977. (Projeto).

Trata-se de uma avaliação do Curso de Administração no período de 1964- a 1976 que deverá dar subsídios para a correção de possíveis distorções que possam ocorrer entre a forma idealizada pela Universidade Federal do Pará e os resultados alcançados. As informações necessárias a essa pesquisa serão levantadas através de contatos com ex-alunos, com concluintes do curso de Administração em 1976, com professores do curso e ainda com aqueles que já estejam exercendo a profissão para avaliar a aceitação do referido tipo de profissional no mercado de trabalho.

UFPA

ALMEIDA, Rizoleta Amaral de. *Avaliação das teses de Mestrado na área de Educação no Estado do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro, UFRJ, 1977. 250p. (Dissertação de Mestrado).

Analisa a qualidade metodológica das teses empíricas, defendidas e aprovadas nos cursos de Mestrado em Educação do Estado do Rio de Janeiro, desde sua implantação até julho de 1976.

UFBA/FACED

ARAÚJO, Antônio Pinheiro de. *A formação pedagógica na licenciatura plena em Matemática*. Um estudo avaliativo na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Porto Alegre. UFRGS - Faculdade de Educação, 1979. (Dissertação de Mestrado).

Avalia o Curso de Licenciatura Plena em Matemática da UFRN, através da percepção dos egressos do curso, no período de 1972-1978. Trata-se de um estudo de caso com características descritivo-avaliativas que focaliza cinco variáveis relacionadas à formação pedagógica do professor: carga horária, fundamentos pedagógicos, métodos e técnicas de ensino, recursos de ensino e estágio de prática de ensino.

UFBA/FACED

BAHIA. Universidade Federal. Assessoria de Planejamento. *Subsídios para redefinição de cursos de curta duração na Universidade*. s.n.t. 6 p. (Relatório de Estudos e Diagnóstico).

Diagnóstico da situação dos cursos de curta duração existentes na época e proposição de oferta dos referidos cursos na UFBA.

UFBA/ASSPLAN

BAHIA. Universidade Federal. Pró-Reitoria de Graduação. *Projeto de avaliação de cursos de graduação*. Proposta Preliminar. Salvador, 1982. (Projeto).

Proposta apresentada ao Conselho de Reitores das Universidades brasileiras visando a avaliação da função ensino das universidades a partir da análise de currículo dos cursos

oferecidos e das condições em que esses cursos se desenvolvem. O objetivo do projeto é a análise do processo curricular (currículo nas dimensões internas - a nível das universidades), do produto engajado no mercado (currículo nas dimensões externas - a nível da comunidade) e a identificação de novas alternativas ocupacionais a serem oferecidas pela instituição. Esse projeto gerou 2 subprojetos: Avaliação do Currículo do Curso de Ciências Contábeis e Avaliação dos Cursos de Formação do Profissional de Ensino em integração com a Secretaria de Educação, ambos na UFBA.

UFBA/ISP

57

BAHIA. Universidade Federal. Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. *Avaliação dos Programas de Pós-Graduação da UFBA*. Salvador, 1982. (Projeto).

- Projeto elaborado com vistas a melhoria da qualidade dos Programas de Mestrado e Doutorado da UFBA e o fornecimento de subsídios para auto-avaliação periódica e definição de diretrizes para esses cursos.

UFBA/CCPGP

58

BAHIA. Universidade Federal. Serviço de Seleção, Orientação e Avaliação. *Avaliação dos Cursos de Recuperação da UFBA ministrados em 1972*. Salvador, 19p. (Relatório de Estudos e Diagnostico) .

O relatório verifica a eficácia e a eficiência dos cursos de recuperação através do desempenho acadêmico dos aprovados nas disciplinas de recuperação em 1973 e nos estudos imediatamente posteriores as disciplinas em que foram recuperados.

UFBA/ASSPLAN

59

BASTOS, Lilian da Rocha e ZAIDE, Mavina Cohen. Grau de adaptação dos cursos de licenciatura às exigências da Lei n? 5.692/71. *Rev. Bras. Est. Pedag.* Brasília, 62 (142): 131-143, mai/ago. 1978. (Relatório de Pesquisa).

O estudo avalia o grau de adaptação dos cursos de licenciatura a critérios estabelecidos a partir dos preceitos contidos no texto da Lei n? 5.692/71 e em outros instrumentos legais pertinentes a matéria. Baseou-se no pressuposto de que o grau de adaptação do sistema escolar aos preceitos legais reflete o nível de formalismo desse sistema, isto é, a defasagem entre o que é preceituado e o que é cumprido. Procurou-se resposta à seguinte questão: até que ponto os cursos de licenciatura estão demonstrando adaptação à reforma de ensino de 1? e 2? graus, de 1971, no que se refere: a) níveis de formação do magistério de 1? e 2? graus; b) progressividade dos estudos-, c) título das licenciaturas e das habilitações específicas; d) aproveitamento de estudos; e) duração dos cursos e do estágio supervisionado; f) conteúdos estudados; g) abordagem metodológica do conteúdo; h) estágio supervisionado. A população alvo do estudo foi constituída por todos os estabelecimentos do ensino superior que ofereciam cursos de Pedagogia e, pelo menos, dois outros cursos de licenciatura, que tivessem começado a funcionar antes de março de 1972, segundo catálogo geral das Instituições de Ensino Superior (DAU/MEC, 1974).

UFBA/ISP

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Comissão de Especialistas de Ensino de Engenharia e Coordenadora de Ciências e Engenharia. *Diagnóstico e diretrizes de cada área de Engenharia.* s.n.t. (Relatório de Estudos e Diagnostico).

Engenharia Civil - Situação do Ensino da Engenharia

Civil no Brasil; Engenharia Mecânica; Engenharia Elétrica. Sugestões para uma política de ensino de Engenharia - área elétrica; Engenharia Química - adequação do engenheiro formado às reais necessidades do desenvolvimento da tecnologia química do país. Engenharia de Alimentos. Engenharia Metalúrgica e de Minas - diagnóstico e diretrizes para áreas de Engenharia Metalúrgica e de Minas. A produtividade do conhecimento científico na Indústria Metalúrgica. A interface da Ciência e Tecnologia com o sistema produtivo.

UFBA/ISP

61

CARVALHO, Vivina Lanzarini de. *Avaliação dos cursos de graduação em enfermagem de escolas do município do Rio de Janeiro quanto a capacitação do enfermeiro como educador*. Rio de Janeiro, UFRJ - Faculdade de Educação, 1978. (Dissertação de Mestrado).

O estudo investiga até que ponto os conteúdos curriculares desenvolvidos nas escolas de Enfermagem sediadas no Município do Rio de Janeiro, que visam capacitar o enfermeiro para a função de educador junto a pacientes e pessoal de enfermagem, realmente o capacitam para o desempenho dessa função.

UFBA/FACED

62

CASTRO, Célia Lúcia Monteiro de. *Os mestrados de Educação na Guanabara*. Niterói. Universidade Federal Fluminense, 1976. 1.400p. (Tese de Livre-docência).

Verifica em que medida os cursos de mestrado em educação na cidade do Rio de Janeiro estão preparando docentes para os cursos de Pedagogia, do ponto de vista quantitativo e qualitativo.

Rio de Janeiro/UFF

61

CASTRO, Maria Helena Junqueira de. *A fragmentação do saber.* Um estudo das subespecializações no Ensino Médico. UFMG-Faculdade de Educação, 1982. 123p. (Dissertação de Mestrado).

Abordagem crítica das mudanças do ensino médico na Faculdade de Medicina da UFMG baseada nos dados da pesquisa "*Diagnóstico da Situação do Ensino de Medicina na UFMG*", 1973. A autora analisa o ensino médico na UFMG, determinantes históricas, a conjuntura institucional, o estado de crise, as condições de formação especializada, a estrutura do curso médico montado pela reforma curricular de 1965, o processo especializado e conclui com algumas considerações sobre a reforma curricular implantada em 1975.

UFBA/ISP

CEARÁ. Universidade Federal. *A idéia de 19 ciclo nas universidades do norte e nordeste.* Fortaleza, 1981. 75p. Coleção Documentos Universitários n? 6. (Exposição).

O trabalho apresenta reflexões sobre o 1? ciclo geradas em seminários promovidos por universidades das Regiões Norte e Nordeste. Aborda os seguintes temas: 1) Relatório do seminário de assuntos curriculares (tema 1? ciclo); 2) Uma visão sobre o seminário de assuntos curriculares; 3) Relatório final do seminário sobre 19 ciclo; 4) Uma visão sobre o seminário de Terezina; 5) Relatório sobre a participação de equipe da UFC no seminário sobre Teoria e Modelo de Organização Curricular do 1? ciclo; 6) Relatório geral do seminário sobre Estrutura e Funcionamento do Ciclo Básico; 7) Pensamento e sugestões apresentadas aos participantes do seminário Estrutura e Funcionamento do Ciclo Básico; 8) O seminário em uma primeira leitura e 9) Relatório do II Encontro de Professores do 1? Ciclo. (FUM).

BIBLIOTECA CENTRAL/UFC

CISALPINO, Eduardo Osório et alii. Situação da Pós-Graduação no ICB-UFMG: um diagnóstico inicial. In: Reunião anual da Associação Brasileira de Escolas Médicas, 10, João Pessoa, 9-12 set. 1972. *Anais*. João Pessoa, Faculdade de Medicina da UFPB, 1972. p. 226-40. (Exposição).

CAPES

DE LUIZ, Neise. *Avaliação do curso de mestrado em educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, UFRJ - Faculdade de Educação, 1978. (Dissertação de Mestrado).

Avalia, a partir da percepção dos alunos, o curso de Mestrado da Faculdade de Educação da UFRJ. Caracteriza-se como avaliação formativa por critérios intrínsecos, na qual tomaram parte todos os alunos regularmente matriculados no curso, durante o segundo semestre de 1977, e os mestres graduados até dezembro de 1977.

UFBA/FACED

FARIA, Maria do Carmo Brandão de. *O aluno e a Reforma Universitária*. Belo Horizonte, UFMG-Faculdade de Educação, sd. 172 p. (Dissertação de Mestrado).

Partindo da análise dos princípios básicos que nortearam a Reforma Universitária, a autora procura identificar a distância entre o que foi proposto e o que a realidade educacional apresenta. O objeto da análise foram os cursos de Licenciatura da UFMG por serem os cursos de coordenação mais complexa e que exigem dos alunos estudar em duas ou mais unidades ao mesmo tempo. O trabalho se divide em três capítulos: no

primeiro apresentam-se os aspectos teóricos do problema; no segundo são descritos e analisados dados empíricos sobre o funcionamento dos cursos, suas características, sua clientela e também o planejamento e a realização de matrícula; no terceiro relaciona-se o tempo disponível do aluno com a oferta e a demanda de disciplinas e as conseqüências do não atendimento às diferenças individuais dos alunos. A autora conclui que a reestruturação das universidades não atendeu aos objetivos propostos e sugere medidas para maior eficiência na utilização de recursos, para evitar a duplicação de meios para o mesmo fim e para maior adequação as diferenças individuais proposta no princípio da flexibilidade.

UFBA/ISP

68

FERREIRA, Norma de Lúcia. *Avaliação do projeto de implantação e desenvolvimento de licenciaturas de primeiro grau em Porto Velho, Território Federal de Rondônia, através da avaliação dos currículos*. Porto Alegre, UFRGS - Faculdade de Educação, 1977. (Dissertação de Mestrado).

Avalia, através dos currículos, a eficiência e a eficácia do Projeto de Desenvolvimento de Licenciaturas de Primeiro Grau em Porto Velho, levado a efeito pelo Campus Avançado da UFRGS, em convênio com o governo do Território no período de 1973-75.

UFBA/FACED

69

FIGUEIREDO, Odinéia Telles. *Formação do profissional em Educação e exigências do mercado de trabalho; estudo junto a profissionais formados pelo Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará, no período de 1956 a 1972*. Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica, 1974. (Dissertação de Mestrado).

64

Avalia a relação entre a formação do profissional no Curso de Pedagogia e as ocupações posteriores dos graduados. Verifica até que ponto a formação conferida prepara o profissional para o desempenho das suas tarefas.

PUC/RJ

70

FREIRE, Maria Izabel Furtado. *A formação profissional dos especialistas de educação no Estado de Goiás*. Rio de Janeiro, PUC - Departamento de Educação, 1975. (Dissertação de Mestrado).

Pesquisa de caráter exploratório e descritivo que estuda a formação profissional dos especialistas em Educação do Estado de Goiás.

UFBA/FACED

71

LINS FILHO, João Batista Correia. *Primeiro Ciclo das Universidades brasileiras e interdisciplinaridade*. Rio de Janeiro, PUC, 1974. 151p. (Dissertação de Mestrado).

O estudo busca esclarecer se, ao Primeiro Ciclo das Universidades brasileiras, foi atribuída uma função interdisciplinar. Parte, inicialmente, de uma análise do conceito de interdisciplinaridade e, em seguida, procura situar o surgimento e a concretização da idéia de um Primeiro Ciclo para as Universidades brasileiras. Tenta também determinar se a UFPB conferiu ao seu Primeiro Ciclo uma função interdisciplinar.

UFBA/FACED

65

MAGALHÃES, Ana Lúcia França. *Avaliação de plano curricular; cursos de Graduação*. Salvador, UFBA - Superintendência Acadêmica, 1976. 13p. (Instrumentos Institucionais de Avaliação).

Escala de avaliação que coleta informações relativas a: fundamentos da proposta curricular, estrutura curricular, elementos estruturais, ementas e programas.

UFBA/ISP

MATTOS, Aderbal Augusto Meira et alii. *As tendências do Curso de Direito na UFPA*. Belém, Universidade Federal do Pará, 1980. (Relatório de Pesquisa).

Analisa as conseqüências positivas da profissionalização do Curso de Direito na UFPA, em decorrência da implantação da Reforma Universitária, procurando detectar as novas tendências do referido Curso.

UFPA

MENEZES, Carmelia Julair et alii. *Pesquisa institucional do Curso de Serviço Social*. Belém, Universidade Federal do Para, 1980. (Relatório de Pesquisa).

Avaliação da funcionalidade do Curso de Serviço Social, sua adequação às exigências da realidade regional e o atendimento ao mercado de trabalho. Estuda os possíveis desvios verificados no currículo e nos programas do curso, e faz uma análise comparativa entre as funções que lhe são atribuídas e as que são desempenhadas.

UFPA

MESSEDER, Anna Maria Silva. *O Primeiro Ciclo na Universidade Federal da Bahia*. Rio de Janeiro, PUC, 1976. (Dissertação de Mestrado)..

Avalia a implantação e funcionamento do 1º ciclo na UFBA, numa perspectiva de cunho formativo que possa fornecer informações com vistas à melhoria e funcionamento do sistema.

UFBA/FACED

MINAS GERAIS. Universidade Federal. Colegiado do Curso de Medicina. *O Processo de Desenvolvimento Curricular em Educação Médica na Universidade Federal de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1976. 145p. (Relatório de Estudos e Diagnostico).

O documento relata a experiência da Universidade Federal de Minas Gerais no processo de mudança e implantação do currículo do Curso de Medicina. O processo, desencadeado em 1971, teve como objetivo o aperfeiçoamento e a adequação curricular às exigências da comunidade e à evolução da Medicina, considerando que o binômio aluno/professor deveria passar progressivamente para o trinômio aluno/paciente/comunidade. Além da apresentação, constam do documento: I- Histórico; II- Levantamento de dados; III- Diagnostico, política de educação médica e estratégia de mudança; IV- Seminário sobre o ensino médico; V- Integração curricular; VI- Ensino e atenção médica; VII- Informe final do Seminário sobre ensino médico; VIII- Comissão de desenvolvimento curricular; IX- Aprovação pelo colegiado do curso; X- Proposta aprovada; XI- Aprovação pela coordenação de ensino e pesquisa; XII- Adaptação curricular; XIII- Implantação curricular; XIV- A Reestruturação do hospital de ensino; XV- A nova organização curricular.

UFBA/ISP

MINAS GERAIS. Universidade Federal. Faculdade de Medicina. *Diagnóstico da situação do ensino de Medicina na Universidade Federal de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1973. (Relatório de Pesquisa).

Relatório da pesquisa realizada com alunos, residentes e professores da Faculdade de Medicina da UFMG trazendo informações básicas para a definição de uma política de educação e dados para o replanejamento curricular. O relatório corresponde ao subprojeto I, inserido em *O Processo de Desenvolvimento Curricular em Educação Médica na Universidade Federal de Minas Gerais*, Belo Horizonte, UFMG, 1976, e foi subsidiado pela pesquisa exploratória *Situação do Ensino de Medicina na UFMG*, Belo Horizonte, 1972.

UFBA/ISP

MINAS GERAIS. Universidade Federal. Faculdade de Medicina. *Situação do Ensino de Medicina na UFMG*. Dados obtidos em levantamento feito por meio de entrevistas. Belo Horizonte. 1972. 78p. (Relatório de Pesquisa).

Investigação exploratória com professores, residentes e alunos da Faculdade de Medicina na UFMG buscando captar aspectos ou assuntos passíveis ou necessitados de estudo. Os dados, relacionados de forma descritiva, referem-se a: funcionamento da escola, currículo, recursos humanos, relação escola/comunidade e sugestões dos entrevistados para a mudança do currículo. O estudo subsidiou a elaboração dos questionários utilizados no *Diagnóstico da Situação do Ensino de Medicina na Universidade Federal de Minas Gerais*. Belo Horizonte, UFMG, 1973.

UFBA/ISP

MINAS GERAIS. Universidade Federal. Núcleo de Assessoramento Pedagógico. *Diagnóstico da Faculdade de Odontologia*. Belo Horizonte, 1976. (Relatório de Estudos e Diagnostico).

Análise do Plano Curricular do Curso de Graduação da Faculdade de Odontologia da UFMG diagnosticando as distorções e identificando os pontos que devem ser reformulados a curto e/ou longo prazo. Tomou-se como critério para análise a adequação do Plano Curricular ao objetivo da Escola no que se refere à formação do profissional em Odontologia. Além da introdução, constam do trabalho: análise da Faculdade no momento atual, algumas sugestões de políticas para a instituição e as tabelas.

UFBA/ISP

PIQUEIRA, Tereza de Jesus. *A situação da pesquisa em uma Universidade em fase de implantação da Reforma: A Universidade Federal do Pará*. Rio de Janeiro, PUC, 1978. 200p. (Dissertação de Mestrado).

O trabalho caracteriza a situação da pesquisa na Universidade Federal do Para, utilizando como unidade de informação o corpo docente que, segundo a Reforma Universitária, teve seu papel desdobrado para realizar a síntese ensino-pesquisa, sem a qual a Universidade não pode corresponder às expectativas da sociedade que a envolve. Analisa a função da pesquisa na instituição e os fatores que dificultam o seu desenvolvimento.

PUC/RJ

RABELLO, Ophelina; GADOTTI, Moacir. *Análise de currículo e conteúdo programática dos cursos de pedagogia com vistas a proposta alternativa de reformulação*. Campinas, Universidade Estadual-Faculdade de Educação. 1979/1981. (Relatório de Estudos e Diagnóstico).

UNICAMPI

SILVA, Maria de Nazaré Gomes da. *Implantação do Primeiro Ciclo na UFPA*. Uma avaliação junto ao aluno. Rio de Janeiro, PUC, 1974. (Dissertação de Mestrado).

Avalia a organização e funcionamento do Primeiro Ciclo, dentro de uma perspectiva de cunho informativo. Para favorecer a tomada de decisões referentes à melhoria e aperfeiçoamento do curso, focaliza sistemas de acesso ao ciclo profissional, orientação para escolha da carreira, currículo: disciplinas e objetivos, orientação metodológica do processo ensino-aprendizagem.

UFBA/FACED

SOUZA, Marcondes Rosa de. *Para uma teoria e modelo de organização curricular de 1º Ciclo*. Fortaleza, UFC, 1981. 42p. Coleção Documentos Universitários n? 2. (Exposição).

O trabalho foi apresentado como documento básico do Seminário de igual nome, promovido na cidade de Belém, em janeiro de 1979, pela Universidade Federal do Pará e contém, além da Introdução: pressupostos para uma teoria de 1º Ciclo; o conflito entre a teoria e a lei; releitura das funções legais sob o crivo da experiência; em busca de um modelo curricular

lar de 1º Ciclo; condições para a viabilização de um modelo substantivo e conclusão.

UFCE/BIBLIOTECA CENTRAL

84

TABACOF, Germano. *Currículos Odontológicos Nacionais*. Salvador, UFBA - Faculdade de Odontologia, 1977. 82p. . (Exposição)

Trabalho apresentado na XIV Reunião da Associação Brasileira do Ensino Odontológico e no V Encontro Nacional de Dirigentes de Faculdades de Odontologia em Curitiba, 1977. Constitui um levantamento de dados curriculares de 50 cursos de Odontologia constantes na lista da ABENO, visando discutir e situar o ensino profissional nessa área e adequar o currículo de forma a atender, da maneira mais aproximada possível, a sociedade futura.

UFBA/ASSPLAN

85

THERRIEN, Jacques. *Política de pesquisa e produtividade em universidades brasileiras e agências de financiamento*. Cornell University. 1980. (Tese de Doutorado).

Análise da função da pesquisa em universidades na implementação das políticas de ciência e tecnologia. As políticas de pesquisa são vistas através dos programas das agências de financiamento e seus efeitos na produção de conhecimentos no contexto universitário. Utiliza-se um conjunto de descritores críticos tais como: as áreas de conhecimento; tipos de programas implementados: centralização e diretividade das políticas; estabilidade estrutural; integração das funções de ensino e pesquisa e efetividade da implementação das políticas. Inclui

71

observações sobre metodologia e procedimentos na análise de políticas.

UFCE/FACED

86

UNIVERSIDADE Federal Fluminense. Programa de Pesquisa Institucional. *Avaliação do Curso de Pedagogia da Universidade Federal Fluminense, a partir do Parecer 252/69 - Egressos, 19 Semestre,, 1975. Niterói, 1979. (Relatório de Estudos e Diagnostico).*

O presente estudo reveste-se de caráter exploratório e avalia o Curso de Pedagogia da Universidade Federal Fluminense, tendo como sujeitos os egressos do referido curso em 1975, concluintes na vigência do Parecer 252/69 do C.F.E. e os dirigentes de unidades escolares e/ou responsáveis por órgãos da administração do Sistema Estadual de Ensino, onde os egressos se encontram vinculados. Em sua parte teórica o trabalho se propôs a uma visão retrospectiva da origem das universidades e da Universidade brasileira, em particular. Dentro do contexto universitário foram analisadas as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras em seus objetivos, importância e papel desempenhado até sua substituição ou reformulação por força da Reforma Universitária. Um dos modelos reformistas daí surgido - a Faculdade de Educação - é estudado enfatizando-se suas funções, sobretudo, a de agência formadora, por excelência, de professores e de especialistas em educação. Destaca-se a Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense como centro formador de R.H. para a Educação do município de Niterói.

UFBA/ISP

72

ALBUQUERQUE, Nivaldo Rodrigues de. *A evolução da Universidade brasileira*. Análise crítica e tentativa de estabelecimento de um modelo estrutural para as universidades federais. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas-Escola Brasileira de Administração Pública, 1974. 155p. (Dissertação de Mestrado).

O trabalho analisa a atual estrutura universitária, detectando os problemas de organização e funcionamento; justifica uma nova estrutura que apresente maior funcionalidade, permita maior integração das atividades acadêmico-científicas e melhor coordenação e supervisão das atividades acadêmico-administrativas.

UFBA/FACED

BAHIA. Universidade Federal. Centro de Estudos Interdisciplinares para o Setor Público-ISP. *Análise da estrutura organizacional e do funcionamento da UFBA*. Salvador sd. 21 p. Convênio MEC/DAU-UFBA/ISP. (Projeto).

O projeto prevê: Etapa I: Análise da estrutura e do funcionamento dos órgãos colegiados da administração superior (OCAS) da UFBA - Assembléia Universitária, Conselho Universitário, Conselho de Coordenação, Conselho de Curadores. Etapa II: Análise da estrutura e do funcionamento dos demais órgãos colegiados - Colegiado de Curso, Congregação, Conselho Departamental. Etapa III: Análise da estrutura e do funcionamento dos Departamentos. Etapa IV: Análise da estrutura e do desempenho dos órgãos suplementares. Etapa V: Análise da estrutura e do desempe_

nho da Reitoria e direção das unidades de ensino, pesquisa e extensão. Etapa VI: Análise das articulações existentes entre os diversos órgãos que compõem a estrutura universitária da UFBA. Etapa I - Relatório: vide ficha: BAHIA. Universidade Federal. Centro de Estudos Interdisciplinares para o Setor Público-ISP. *Análise da Estrutura e do Funcionamento dos órgãos Colegiados da Administração Superior da UFBA*. Salvador, 1978. Vol.1, tomos 1 e 2 (Convênio MEC/DAU-UFBA/ISP). As etapas II e III geraram estudos de caso. Vide fichas: SANTOS, Nilza Maria Souza. *Análise da Organização e do Funcionamento do Colegiado do Curso de Pedagogia*. Um estudo de caso. Salvador, 1979. 88p. (Dissertação de Mestrado); SIMÕES, Jandyra Leite. *Análise da Estrutura Organizacional e do Funcionamento dos Departamentos da FACED/UFBA*. Salvador, 1982. 161p. (Dissertação de Mestrado).

UFBA/ISP

89

BAHIA. Universidade Federal. Centro de Estudos Interdisciplinares para o Setor Público-ISP. *Análise da estrutura e do funcionamento dos órgãos colegiados da Administração Superior da UFBA*. Salvador, 1978 Etapa I, v.1, tomos 1 e 2. Convênio MEC/DAU-UFBA/ISP. (Relatório de Pesquisa).

A primeira etapa do projeto compreende a análise da estrutura e do funcionamento dos OCAS-Assembléia Universitária, Conselho Universitário, Conselho de Coordenação e Conselho de Curadores, no período de 1974 a 1977. Analisa e identifica os pontos de aproximação e distância existentes entre os parâmetros estabelecidos pela legislação da Reforma e aqueles mantidos pela UFBA nos seus diplomas legais; avalia o nível de concretização dessas determinações legais. Avalia os possíveis pontos de estrangulamento existentes e distorções ocorridas no desempenho de certas atribuições, as direções tomadas pelos Sr

74

gãos quanto às suas ocupações efetivas e conseqüências para a definição do seu papel real, as condições de efetivação de uma estrutura interna coerente quanto aos aspectos de eficiência técnica, representatividade e participação.

UFBA/ISP

90

BAHIA. Universidade Federal da. Superintendência Acadêmica. *Fatores que intervêm no desempenho dos colegiados de cursos de graduação da UFBA.* Salvador 1976. 52p. (Relatório de Estudos e Diagnostico).

O trabalho detecta os fatores que intervêm no desempenho dos colegiados dos cursos de graduação da UFBA, no ano de 1976, permitindo o conhecimento de como estão estruturados e funcionando esses órgãos, cuja atribuição é a coordenação didática dos cursos.

UFBA/ASSPLAN

91

BAHIA. Universidade Federal. Superintendência Acadêmica. *Planejamento vagas /disciplinas.* Diagnostico preliminar. Salvador, junho 1975. (Relatório de Estudos e Pesquisa).

O documento estuda o planejamento de vagas/disciplinas nos cursos da UFBA, identifica seus problemas e, em função deles, apresenta uma sistemática capaz de, se não solucioná-las, pelo menos minimizar as dificuldades do processo.

UFBA/ISP

BAHIA. Universidade Federal. Superintendência Administrativa. *Estudo sobre o sistema de controle patrimonial da Universidade Federal da Bahia*. Salvador, 1977. 50p. (Relatório de Estudos e Diagnóstico).

A primeira parte do relatório contém informações sobre a estrutura do controle patrimonial vigente na época, bem como as suas articulações com toda-a Universidade. A segunda parte relata as deficiências e irregularidades existentes, refletindo as limitações da estrutura administrativa e as falhas operacionais.

UFBA/ASSPLAN

BAHIA. Universidade Federal. Superintendência Administrativa. Divisão de Material. *Diagnóstico*. Salvador, 1976. 30p. (Relatório de Estudos e Diagnóstico).

Trabalho realizado pela Divisão de Material da UFBA, onde se estuda a estrutura administrativa - de direito e de fato - do órgão; analisam-se os métodos e procedimentos administrativos, a situação dos servidores, equipamentos e instalações e, a partir daí, fazem-se recomendações finais quanto a cada aspecto estudado.

UFBA/ASSPLAN

BASTOS, Jesus de Alvarenga. *Administração da Universidade Federal: contribuições da abordagem sistemática*. Niterói, Universidade Federal Fluminense - Centro de Estudos Sociais Aplicados, 1977. (Dissertação de Mestrado).

Apresenta a situação atual e principais problemas das Universidades Federais. Utiliza o método da análise de sistemas por levar em conta todos os componentes do sistema administrativo das Universidades» compreender suas interrelações, perceber as diferentes possibilidades de solucionar e de calcular as conseqüência de sua aplicação, de intervir, enfim, de uma maneira continua no desenrolar das operações, controlando constantemente os resultados. Propõe quatro etapas fundamentais capazes de implantar a aplicação da abordagem sistêmica na administração das Universidades Federais: formação de quadros, introdução de novos valores, participação e sistema de informação.

UFBA/FACED

95

BRASIL. Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. *RELATÓRIO: Avaliação do funcionamento dos sistemas de informagoes administrativas implantados nas universidades do Programa MEC/BID*. Brasília, MEC/CEPES, sd. (Relatório de Estudos e Diagnóstico).

O trabalho estuda os resultados da implantação do SIA em nove universidades brasileiras, avaliando: a) a adoção do tratamento sistêmico; b) o subsídio que representou o modelo SIA/CRUB para operação do sistema informativo; c) as dificuldades encontradas nessa operação e a maneira de contorná-las; d) eficácia da sistemática adotada em relação ao processo decisório.

UFBA/ASSPLAN

96

CARNEIRO, E.M.F. et alii. Dinâmica organizacional dos colegiados de cursos e departamentos. *Inter-ação*. Goiás, Universidade Federal-Faculdade de Educação, 3 (5): 20-88, 1977. (Relatório de Estudos e Diagnostico

77

O estudo visa verificar as funções dos colegiados de cursos e dos departamentos da Faculdade de Educação da UFGO. Analisa os documentos que definem as funções legais desses órgãos e, em seguida, através de uma amostra constituída de Presidentes de colegiados, chefes de departamentos, professores e alunos, verifica qual a percepção que se tem na UFGO sobre esses órgãos. Os resultados demonstram as distorções verificadas entre as funções reais e legais.

UFBA/ISP

97

CHAMLIAN, Helena Coharik. *O Departamento na estrutura universitária*. São Paulo, Universidade de São Paulo-Faculdade de Educação, 1977. (Dissertação de Mestrado).

Examina o papel do departamento na atual estrutura universitária brasileira. Estuda os regimentos internos dos Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo a partir da Reforma Universitária de 1968, verificando uma grande diversidade quanto à concepção da organização departamental e à sua forma de aplicação. Levanta hipóteses que explicariam essa diversidade e as dificuldades de implantação do modelo.

UFBA/FACED

98

GONÇALVES, Fernando Antonio. *O Departamento de Educação numa estrutura universitária*. Estudo de caso. Rio de Janeiro, PUC, 1975. (Dissertação de Mestrado).

Análise do Departamento de Educação da Universidade Católica de Pernambuco, buscando maior dinamização de suas atividades a partir de questionários aplicados aos corpos docente e discente do Departamento. Os resultados revelam a imediata necessidade de se promover a reestruturação departamental.

UFBA/FACED

78

GOUVEIA, Oserias Ireneo de. *A reestruturação da universidade brasileira na perspectiva do desenvolvimento organizacional*. Rio de Janeiro, PUC-Dep. de Economia e Administração, 1974. (Dissertação de Mestrado).

Análise do processo de mudança compreendido pela Reforma Universitária, enfocando particularmente a reestruturação da Universidade com base nos conceitos de desenvolvimento organizacional.

PUC/RJ

KLOETER, Vera Maria. *O sistema 'de créditos acadêmicos*. Um estudo de caso em duas instituições de Ensino Superior Brasileiro. Rio de Janeiro, PUC - Departamento de Educação, 1979. 214p. (Dissertação de Mestrado).

Analisa o sistema de credito acadêmico na Faculdade de Educação da UFMG e no Curso de Pedagogia do Instituto de Educação de Minas Gerais. Faz um confronto entre teoria e pratica, lei e realidade, proposição da Reforma Universitária e sua implantação efetiva.

UFBA/FACED

LEMOS, Delba Guarini et alii. *A Reforma Universitária*. Avaliação de sua implantação. Colegiados dos cursos de graduação. Um estudo sobre sua estrutura e dinâmica de funcionamento na Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1982. Programa de Pesquisa Institucional da UFF. (Relatório de Pesquisa).

O trabalho evidencia os fatores significativos que

concorrem para a otimização da estrutura e do funcionamento dos colegiados de Cursos de Graduação, tomando como referência o modelo instituído pelo Estatuto e Regimento Geral da UFF.

UFF/RJ

102

- LIMA, Helena Ibiapina. *Diagnóstico da implementação do regime de matrícula por disciplina em cursos de graduação da Universidade Federal Rural do RJ*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1977, 166p. (Dissertação de Mestrado).

Diagnostica as dificuldades verificadas na implementação do regime de matrícula por disciplina em cursos de graduação na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e propõe uma estratégia para solução dos problemas detectados. Investiga as exigências administrativas e de base física necessárias ao regime, o ritmo de formação de pessoal discente e as relações entre: índice de permanência do aluno na universidade e número de professores; índice de permanência e oferecimento da disciplina; índice de permanência e orientação acadêmica.

UFBA/FACED

103

- MADERA, Matilde Oliveira; ABELÉM, Aurilea Gomes; TUPIASSU, Ivone Vieira Costa. *O desempenho do Departamento na Reforma Universitária*. Belém, Universidade Federal do Pará, 1977. (Relatório de Pesquisa).

Diagnostica os obstáculos encontrados para uma plena realização das funções do Departamento como unidade central do ensino e da pesquisa e chega a sugestões de soluções alternativas para alcançar o modelo ideal de funcionalidade na Universidade do Pará.

UFPA

80

MARANHÃO. Fundação Universidade. Secretaria de Planejamento. *Mérito e mito do planejamento da Universidade*. Um estudo de caso na FUM. São Luis, 1978. (Relatório de Estudos e Diagnostico).

Análise crítica, pelos próprios participantes, da experiência de 2 anos do grupo de Planejamento Acadêmico. Revisão da experiência de planejamento do ensino, da pesquisa e da assessoria.

FUM/SEPLAN

MENDES, Affonso Paulo. *Congruência entre o funcionamento atual da Universidade Federal de Juiz de Fora e as exigências da Lei 5.540/68*. Rio de Janeiro, UFRJ-Faculdade de Educação, 1978. 55p. (Dissertação de Mestrado).

Avalia o grau de congruência do funcionamento atual da Universidade Federal de Juiz de Fora com o que dispõe a Lei 5.540/68, enquanto norma reguladora do seu funcionamento.

UFRJ

MENEZES, Luiz Octavio Cardoso de. *O formalismo na organização departamental universitária*. Um estudo sobre a estrutura e dinâmica de funcionamento dos departamentos na Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro. Universidade Federal Fluminense, s.d. (Dissertação de Mestrado).

Identifica os elementos de formalismo que dificultam a otimização da estrutura e do funcionamento dos Departamentos da UFF, tomando como referência o modelo instituído pe_

lo Estatuto e Regimento Geral dessa Universidade.

UFF

107

MORO, Vicente. *Análise dos aspectos formais e reais da Universidade de Passo Fundo*. Porto Alegre. UFRGS-Faculdade de Ciências Econômicas, 1977. (Dissertação de Mestrado).

O estudo confronta a conduta concreta com a prescrita do componente administrativo - bureau administrativo - da Universidade de Passo Fundo, visando identificar o grau de superposição e de formalismo para verificar a validade empírica do modelo organizacional imposto as universidades pelo MEC.

UFRGS

103

PINTO, A. Pithon. *Os Departamentos das Faculdades de Educação*. Salvador, UFBA-Faculdade de Educação, 1975. 37p. (Relatório de Pesquisa).

Estudo da estrutura e do funcionamento dos departamentos das Faculdades de Educação das Universidades Federais (17) à luz da legislação, identificando distorções e pontos de estrangulamento. O autor coletou dados através de um questionário de 40 itens distribuídos nas 32 universidades das quais 17 responderam, o que corresponde a 53,12%. O trabalho assinala a necessidade de constante reestudo e avaliação da estrutura e do funcionamento dos departamentos por ser uma experiência nova e porque a estrutura departamental se reflete nas atividades-fim das universidades.

UFBA/ISP

82

RIBEIRO, Nelson de Figueiredo et alii. *Desenvolvimento de modelos de Administração Acadêmica para as Universidades brasileiras*. O regime acadêmico flexível em algumas universidades. Belém, Universidade Federal do Pará, 1978. (Relatório de Pesquisa).

O trabalho avalia o estágio atual da flexibilidade acadêmica, identifica as principais disfunções existentes, propõe soluções alternativas que permitam estimular a flexibilidade acadêmica e apresenta subsídios para a formulação dos modelos de administração acadêmica.

UFPA

SANTOS, Nilza Maria Souza. *Análise da organização e do funcionamento do colegiado do Curso de Pedagogia da UFBA*. Um estudo de caso. Salvador, 1979. 88p. (Dissertação de Mestrado).

Depois de discorrer sobre a natureza e propósito do estudo, a autora inclui uma revisão da bibliografia relacionada com o tema. Explicita a metodologia utilizada, os procedimentos desenvolvidos e, em seguida, os resultados e a análise que abrange composição, competências e funcionamento do Colegiado do Curso de Pedagogia da UFBA. O trabalho relata ainda as opiniões críticas dos integrantes do Colegiado, comentando-as, e conclui sugerindo medidas para melhoria do processo analisado.

UFBA/ISP

SERGIPE. Fundação Universidade Federal. *Reforma Administrativa na FUFES*. Aracaju, 1980. 78p. (Relatório de Estudos e Diagnóstico).

O relatório descreve a metodologia aplicada no desenvolvimento dos trabalhos e apresenta os projetos nos quais constam as avaliações realizadas como ponto de partida para a implantação de Reforma Administrativa.

UFBA/ISP

112

SILVA, Antônio V.G. da. *O Departamento de Educação numa estrutura universitária*. Estudo de caso. Rio de Janeiro, PUC, 1975. (Dissertação de Mestrado).

O trabalho fornece elementos para orientar o planejamento educacional do Departamento de Educação do Centro de Tecnologia e Ciências Humanas da Universidade Católica de Pernambuco em bases sólidas e dentro da problemática universitária global e de acordo com a Lei 5.540 de 28/11/1968 e a Lei nº 5.692, de 11/08/1971, que fixam normas de funcionamento do ensino superior e do ensino de primeiro e segundo graus, respectivamente.

PUC/RJ

113

SILVA, Fátima Nery Rodrigues da, *Modelo de órgão de planejamento para a Universidade brasileira*. Niterói, 1978. 239p. (Dissertação de Mestrado).

Sugestões de modelo de órgão central de planejamento para a Universidade brasileira, desenvolvendo estudo que possa interessar à Universidade. Baseou-se na revisão da literatura, em dados recolhidos no 1º semestre de 1978, através de questionário respondido por pessoas que trabalham no órgão de planejamento em universidades brasileiras. O modelo sugerido objetiva o oferecimento de uma estrutura numa visão sistêmica

que atenda a todos os aspectos que envolvem a universidade, apresentando maior funcionalidade, ao mesmo tempo que permite a integração das atividades e a melhor coordenação do planejamento. Seus pontos básicos são: definição do órgão de planejamento junto a pró-reitorias de planejamento e desenvolvimento; estrutura da pró-reitoria montada em três sistemas, considerando, no caso, a Pró-Reitoria como um macro-sistema envolvendo então os sistemas de informação, pesquisa institucional e planejamento; a estrutura proposta com subsistemas, por funções - acadêmica, comunitária, administrativa e física.

UFF

114

SIMÕES, Jandyra Leite. *Análise da estrutura organizacional e do funcionamento dos departamentos da FACED-UFBA*. Salvador, 1982. 161p. (Dissertação de Mestrado).

O trabalho analisa os departamentos da FACED-UFBA na tentativa de identificar o grau de aproximação existente entre o modelo departamental concebido pela Reforma Universitária e a prática dos departamentos analisados. Tomou-se como fonte de consulta a documentação produzida por esses órgãos no período de 1974 a 1977 e comparou-se esse material com a percepção do professor, registrada em questionário. A distância entre teoria e prática ficou evidenciada, mas não representa uma situação especial, uma vez que os resultados obtidos não se diferenciam muito daqueles já registrados em pesquisas da mesma natureza.

UFBA/ISP

115

SKEFF, Ana Maria Fernandes. *Organização departamental e produção científica: Universidade de Brasília*. Brasília, 1977. (Dissertação de Mestrado).

85

O trabalho analisa a influência de características organizacionais na variação da produção científica nos departamentos da UnB. As variáveis organizacionais incluídas no modelo de análise foram tamanho, qualificação, complexidade, centralização, autonomia, estratificação, orçamento e horas em ensino e em administração. Os resultados obtidos mostram que a variação da produção científica nos departamentos da UnB é explicada, principalmente, pela qualificação do corpo docente, pelas horas em ensino e pelo grau de complexidade e de autonomia financeira dos departamentos.

UnB

116

TEIXEIRA, José Carlos de Oliveira. *Nível de integração do Hospital Escola com a Faculdade de Medicina da UFJF*. Rio de Janeiro. UFRJ-Faculdade de Educação, 1978, 40p. (Dissertação de Mestrado).

Avalia o nível de integração do Hospital-Escola com a Faculdade de Medicina da UFJF, em relação a aspectos administrativos, de conteúdo e de orientação médica do estágio. A integração foi avaliada segundo a percepção de 40 professores em atividade no Hospital-Escola, 40 alunos em fase de estágio e 20 médicos residentes do Hospital, durante o primeiro semestre letivo de 1978.

UFRJ

117

ZAFFARI, Nely. *Modelo de avaliação das condições de funcionamento de cursos de pós-graduação*. Porto Alegre. UFRGS-Faculdade de Educação. 1977. 190p. (Dissertação de Mestrado)

O trabalho avalia as condições de funcionamento dos

cursos de Pós-Graduação em Educação a nível de Mestrado, do Rio Grande do Sul - PUC, UFRGS e UFSM.

UFBA/FACED

RECURSOS HUMANOS

118

ALVES, Denisard e MORAES, Paulo. Utilização da capacidade do docente na Universidade de São Paulo. *Caderno de Pesquisa*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, (35): 3-23. nov. 1980. (Relatório de Pesquisa).

UFBA/ISP

119

BAHIA. Universidade Federal. Assessoria de Planejamento. *Avaliação do subsistema de capacidade docente*. Salvador, 1974 15p. (Relatório de Estudos e Diagnostico).

O subsistema CAP, implantado em 1973, teve objetivo de fornecer informações mínimas indispensáveis ao processo de avaliação sistemática de utilização do corpo docente, quanto às suas atividades de ensino de graduação. O relatório avalia a implantação do subsistema CAP e contém propostas de alterações para agilizar o processo de informações e criar um fluxo atualizado de dados sobre o pessoal docente.

UFBA/ISP

BAHIA. Universidade Federal. Assessoria de Planejamento. *Subsistema DOC* Salvador, 1982. (Projeto).

O projeto tem por objetivo analisar a capacidade do docente dos departamentos com vistas à definição de uma política de alocação de recursos humanos, fornecer elementos para o planejamento acadêmico, administrativo e orçamentário, subsidiar o planejamento para a capacitação de docentes, assim como avaliar a qualificação dos mesmos.

UFBA/ASSPLAN

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria do Ensino Superior. *Aspectos do perfil das IES federais 1970/80*. Brasília, 1981. 79p. (Relatório de Estudos e Diagnostico).

O trabalho aborda, de forma ampla e crítica, as tendências da política de pessoal docente verificadas na década de 1970. Para sistematizar o estudo, foram considerados 2 períodos distintos: 1) implantação progressiva dos diferentes regimes de trabalho no Magistério Superior (1970 a 1974); 2) tendências do Grupo Magistério Superior (1975 a 1980).

UFBA/ISP

CEARÁ. Universidade Federal. Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento. *Diagnóstico de necessidades de DRH das áreas técnico-administrativas da Universidade Federal do Ceará*. Fortaleza, 1982. 16p. (Projeto).

O projeto visa um levantamento das necessidades reais de desenvolvimento de recursos humanos na área técnico-adminis_

trativa da UFC, para subsidiar programas de intervenção que atendam às prioridades detectadas. O objetivo final é o melhor desempenho organizacional.

UFBA/ISP

123

- CEARÁ. Universidade Federal. Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento. *Progressão funcional e avaliação de desempenho setorial, intersetorial e funcional*. Fortaleza, sd. 38p. (Projeto).

O projeto, apresentado no II Encontro de Dirigentes de Pessoal e de Treinamento das Instituições de Ensino Superior Autárquicas da região Centro-Oeste e Sul e das Escolas Técnicas Federais Brasileiras e promovido pelo CETREMEC, tem como objetivo ampliar e fundamentar as proposições do Encontro sobre o Processo de Avaliação de Desempenho e Progressão Funcional. Distingue dois níveis de avaliação: setorial-intersetorial e funcional que admite relacionados, mas são estudados em separado por questões de método. Enfatiza a avaliação setorial-intersetorial por entender que esta subsidia a avaliação funcional e por considerar que o desempenho funcional não deve ser estudado dissociado do contexto. As alternativas propostas se baseiam na realidade do Serviço Público onde a avaliação ainda não foi operacionalizada de maneira efetiva.

UFBA/ISP

124

- COUTO, Luiz Mario Marques. Índice de volume de trabalho acadêmico. *Ciência e Cultura*, 33 (9): 1160-1168, set. 1981. (Projeto).

O trabalho tem por finalidade propor um instrumento

que auxilie os administradores a quantificar o trabalho acadêmico dos professores universitários. O método proposto considera, diretamente nos cálculos, parâmetros simples tais como o número de turmas, o número de alunos em sala, o número de horas de aula e o número de disciplinas diferentes ministradas. Indiretamente é levado em conta o número de horas de pesquisa e/ou orientação, e/ou horas de administração e/ou atividades de extensão.

UFBA/ISP

125

DEBELLA, Moacir Antônio Col. *Avaliação interna da SEPLAN/FUM*. São Luis, 1978. (Relatório de Estudos e Diagnostico).

Faz um levantamento de atitudes do corpo técnico da SEPLAN em relação a vários aspectos do ajustamento grupai e pessoal. Considera: necessidades pessoais, do grupo e da organização.

FUM/SEPLAN

126

HARTMANN, Denise Terezinha. *Avaliação do desempenho do professor*. Porto Alegre. UFRGS, 1976. (Dissertação de Mestrado)

FGV/IESAE

127

LEMONS, Delba Guarini. *Estudos sobre o corpo docente da área de Humanidades da Universidade Federal Fluminense*. Segundo semestre, 1972. Rio de Janeiro. PUC. 1973. (Dissertação de Mestrado).

Diagnóstico do corpo docente da área de Humanidades da UFF integrada por 9 (nove) unidades de ensino, com vistas a um duplo objetivo: identificar as principais características

do professor universitário e colher os subsídios que permitam aos dirigentes uma planificação rigorosa das grandes linhas da filosofia do magistério e de uma opção estratégica de suas metas.

UFBA/FACED

128

MINAS GERAIS. Universidade Federal. CPPD. *Diretrizes para uma política docente na UFMG*. Belo Horizonte sd. (Projeto).

O trabalho visa estabelecer uma política permanente para o corpo docente, baseada em três linhas de atuação: 1) equilibrar a força de trabalho docente dos departamentos incluindo, além das atividades didáticas, as de pesquisa, extensão e administração; 2) melhorar a qualificação docente motivando a progressão vertical; 3) implantar novos setores de atividade. A primeira fase, contida no texto, busca critérios para definir o equilíbrio da força de trabalho que se refletiria numa distribuição equitativa do esforço entre os departamentos. Traduzindo todas as atividades do magistério superior em número de horas gastas e relacionando com a capacidade docente instalada, a CPPD conseguiria o índice de produtividade de cada departamento. Para a avaliação de cada atividade do magistério superior, baseada em critérios pré-estabelecidos, haveria pesos expressos em números e formulas para avaliação da carga docente instalada e para cálculo do índice de produtividade.

UFBA/ISP

129

PIAUÍ. Universidade Federal. Assessoria de Planejamento. *Estudo da capacidade instalada docente*. 1º semestre 1979. Teresina. sd. 53p. (Relatório de Estudos e Diagnostico).

O estudo identifica a situação de cada departamento

91

de ensino em termos de capacidade docente, objetivando uma visão geral da utilização da carga horária e buscando indicadores para o planejamento acadêmico e administrativo.

UFBA/ASSPLAN

130

RIO DE JANEIRO. Universidade Federal Rural. Coordenadoria de Planejamento. Utilização da Capacidade Docente In: *__Pesquisas institucionais desenvolvidas no período de 1979-1980.* Rio de Janeiro, sd. (Relatório de Pesquisa).

O estudo retrata a situação acadêmica no que concerne a utilização da capacidade docente, carga horária, disciplinas oferecidas, docentes envolvidos em pesquisas, em atividades administrativas e outras atividades. Analisa cada unidade e o sistema como um todo.

UFBA/ISP

131

SÁ, Maria Ivoni Pereira de. *O corpo docente da Universidade do Ceará frente à Reforma Universitária brasileira.* Rio de Janeiro. PUC-Departamento de Educação, 1977. 123p. (Dissertação de Mestrado).

O trabalho detecta as necessidades e expectativas dos docentes com referência à reorganização da Universidade e aponta as resistências e restrições às medidas por ela adotadas para sua reestruturação.

UFBA/FACED

SOUZA, Jurésia Mendonça. *Atividades do corpo docente universitário*. Estudo de caso na Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, UFF-Faculdade de Educação. 1977. 111p. (Dissertação de Mestrado).

Estudo das atividades exercidas pelo corpo docente da UFF e a carga horária nelas despendidas durante o ano de 1975. Oferece sugestões para a racionalização da distribuição da carga horária e das atividades dos docentes da Faculdade de Educação da UFF para o incremento da pesquisa e a realização periódica de concursos públicos e para o ingresso e a promoção na carreira universitária.

UFBA/FACED

RECURSOS MATERIAIS E FINANCEIROS

ARAÚJO, Cristina M.S; INÁCIO, Remy da CM; QUEIROZ, Rubens. *Avaliação dos recursos aplicados nas universidades*. Exemplo de aplicação da UFMG. 1980. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, sd. 442p. (Relatório de Pesquisa)

O estudo é uma tentativa de formular respostas mais precisas para as questões sobre planejamento orçamentário das universidades e, sobretudo, é um esforço para preencher o vazio de análises quantitativas sobre a aplicação de recursos. O trabalho foi dividido em 3 capítulos. O 1º contém um comentário sobre avaliação de recursos aplicados no ensino superior, uma discussão sobre custos *versus* qualidade e uma proposta para o enfoque qualitativo dos recursos, acompanhada do modelo teórico de avaliação. No 2º capítulo é exposta a aplicação prática do modelo da UFMG, explicitando as variáveis financeiras e ex-

plicativas selecionadas para a avaliação, apresentando ainda considerações sobre o resultado do modelo e análises das variáveis. O 3º capítulo abrange um estudo das correlações simples e múltiplas de algumas variáveis da UFMG, numa tentativa de se estabelecer o grau de relacionamento entre uma ou mais variáveis, para possibilitar ao administrador uma reavaliação da política de distribuição e aplicação de recursos vigentes na UFMG.

UFBA/ISP

134

BAHIA. Universidade Federal. Assessoria de Planejamento. *Avaliação do espaço físico na UFBA - Estudo Preliminar*. Salvador, 1981. 24.p. (Projeto).

O projeto aborda o Campus Universitário, a estrutura administrativa e o espaço. Tem como questão central o espaço físico voltado para o atendimento das funções básicas da Universidade. A proposta de trabalho é desenvolvida em 2 etapas: 1- conhecimento do real - subsídios para a implantação e manutenção de informações básicas sobre espaço físico no computador; 2- avaliação do real - análise qualitativa de ambiência urbana da UFBA.

UFBA/ASSPLAN

135

BAHIA. Universidade Federal. Assessoria de Planejamento. *Custos*. Salvador, 1973. (Relatório de Estudos e Diagnostico).

O trabalho apresenta os resultados da implantação de um método de apuração de custos na UFBA, relativos aos exercícios do quadriênio 1970/73. Através desse método pretendeu-se gerar informações que possibilitassem uma visão global dos dispêndios realizados. A partir das informações que o trabalho

94

oferece, a UFBA pode utilizá-lo como subsídio para tomada de decisões pertinentes à política geral da Instituição, particularmente no que diz respeito a programação do ensino.

UFBA/ASSPLAN

136

BAHIA. Universidade Federal. Centro Editorial Didático. Núcleo de Recursos Audiovisuais. *Diagnóstico da infraestrutura e utilização dos recursos audiovisuais na Universidade Federal da Bahia*. Salvador, sd. 1974. (Relatório de Estudos e Diagnostico).

UFBA/ASSPLAN

137

BRASÍLIA. Universidade. *Modelo para estimar custos e alocar recursos nas Universidades*. Brasília, 1973. Convênio MEC/UnB. (Projeto).

O estudo propõe um modelo para estimar custos e alocar recursos que, associado a um processo de avaliação, pode obter gradativamente um nível de qualificação satisfatória do produto das universidades ao menor custo possível. Baseou-se em um modelo integrado de custos e alocação de recursos desenvolvido pelo "National Center for Higher Education Managment Systems", Colorado-USA. O modelo se utiliza de uma série de parâmetros (por exemplo: aluno credito, professor equivalente, produtividade do professor, etc.) e em função deles permite calcular custos, alocar recursos e realizar simulações em busca da otimização do sistema como um todo. Isto é feito através de processamento de dados. Após uma análise detalhada do referido modelo, as definições e padronizações foram adaptadas para o sistema de ensino universitário brasileiro e o seu resultado é o trabalho apresentado.

UFBA/ASSPLAN

95

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino Superior. *Diagnóstico da situação das bibliotecas na área de ensino de Ciências Agrárias*. Brasília, 1980. (Relatório de Estudos e Diagnostico).

O trabalho apresenta um diagnostico da situação das bibliotecas universitárias na área de Ciências Agrárias. Tem por objetivo dar origem a um programa de desenvolvimento das bibliotecas de ciências agrárias, fundamentado principalmente em bases cooperativas, visando substituir os programas de Educação Agrícola Superior e de Desenvolvimento do Ensino de Ciências Agrárias - PEAS/PRODECA, que terminaram em dezembro de 1979.

UFBA/ISP

COSTA, José Gomes da. *Aplicação da Estatística na Economia e Educação Física*. Rio de Janeiro, Editora Rio-Sociedade Cultural Ltda, 1979. APÊNDICE.

Custo de um aluno nas universidades - Dados estatísticos, despesas, investimentos e melhorias, esforço acadêmico, formulas para calcular custos, formula para calcular o esforço acadêmico, custo médio do aluno no Departamento - hora semestre, custo médio da disciplina, previsão da proposta orçamentária, importância dos Institutos Básicos, formula para a cobrança de anuidade, aluno carente de recursos, conclusão, tabelas.

UFBA7ISP

COSTA, José Gomes da. *Estudo operacional para a implantação do custo de um aluno nas Universidades brasileiras*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1973. 22p. (Relatório de Estudos e Diagnóstico).

Trata-se de um estudo de Estatística Aplicada com finalidade inicial de estabelecer um sistema de cálculo para o custo médio do aluno por disciplina, curso e departamento da Universidade. As formulas que permitiram o calculo desse custo foram baseadas no conceito de "esforço acadêmico", que o trabalho define. Implantado o sistema e conhecido o custo médio do aluno, os departamentos poderão fazer, em melhores condições, a sua proposta orçamentária. Além disso o conhecimento dos dados permite estabelecer anuidades para cada curso. Ha o propósito de possibilitar a aplicação dessas formulas em ou trás universidades brasileiras.

UFBA/ASSPLAN

141

FAIDIGA, Maria Teresa Bijos. *Estudo de viabilidade de aplicação de um sistema de custos industriais á universidade: metodologia aplicável a PUC/RJ*. Rio de Janeiro. PUC-Departamento de Economia e Administração, 1974. 60p. (Dissertação de Mestrado).

Verifica a possibilidade de utilizar na Universidade as mesmas técnicas que vêm sendo desenvolvidas pela indústria, principalmente em relação a contabilidade de custos.

PUC/RJ

142

MINAS GERAIS. Universidade Federal. *Proposta para um Sistema Ambiental*. Belo Horizonte, sd. (Relatório de Estudos e Diagnostico).

Analise das exigências da vida universitária aborda das sob enfoque múltiplo da Sociologia, Psicologia, Economia, Administração, Pedagogia e Arquitetura.0 trabalho explicita na

Introdução as dimensões do espaço arquitetônico (física, funcional e perceptiva) e descreve, de maneira sucinta, a metodologia adotada. Traz, ainda, sob o título "O Sistema Universidade" as abordagens que orientam o planejamento de uma universidade (acadêmica, social e física) considerando-as parte integrante de um mesmo processo; fragmentos do livro "Território Universitário", uma proposta para um sistema ambiental; coleta de dados; análise de dados; unidade funcional integrada, qualificação das estruturas/tipologias; relacionamento interdepartamental; passagem para o projeto. Acompanham o trabalho o levantamento da capacidade instalada na UFMS em 1971 e a discussão dos pressupostos teóricos que orientaram a proposta. O trabalho traz ainda a avaliação da implantação do projeto que é feita através de "Leituras dos prédios", que visam captar como o usuário vivência o espaço.

UFBA/ISP

143

PONTES, Hélio. Planejamento universitário. *Brasil universitário*, São Paulo, Anais Científicos, 27_ (86-87): 65-85. ANEXO., (Exposição).

ANEXO: Análise de custos, definição de custo, determinação dos padrões ideais de consumo, determinação da qualidade como fator de custo, processo de orçamentação - determinação da dotação através de índices teóricos de ponderação, rateio da verba de custeio - insumos usados, rateio da verba de capital.

UFBA/ISP

144

QUEIROZ, Rubens. *Modelos de distribuição de recursos em universidades*. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais - Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento. 1975.

:

Introdução. Necessidade de elaboração de modelos de estimação e distribuição de verbas em universidades. Variáveis explicativas: 1- Introdução, 2) Descrição de variáveis explicativas, 3- Verificação dos parâmetros. Testes para obtenção dos parâmetros ótimos. Elaboração dos modelos. Dois exemplos de aplicação prática: 1- Rateio da verba orçamentária de custeio - capital, exceto obras, na UFMG - a) Introdução, b) Rateio da verba do custeio, b1- Insumos usados, b2- Sistemática, c) Rateio da verba de capital; 2- Um modelo de distribuição de recursos de custeio e capital, exceto obras, entre as IFEs. Programa para computação. Anexos. Gráficos. Quadros demonstrativos.

UFBA/ISP

145

QUEIROZ, Rubens. *Planejamento Orçamentário de Universidades*. Brasília, 1977.

Aspectos gerais do orçamento de uma universidade; o orçamento programa; busca de um nível de detalhamento ótimo; fontes de recursos; grandes divisões do orçamento: pessoal, custeio, capital e obras; alocação de recursos; avaliação de recursos.

UFBA/ISP

146

RIO DE JANEIRO. Universidade Federal Rural. Coordenadoria de Planejamento. Espaço físico acadêmico da UFRRJ. In: __. *Pesquisas institucionais desenvolvidas no período de 1979-1980*. Rio de Janeiro, sd. (Relatório de Pesquisa).

Diagnóstico da utilização do espaço físico acadêmico. Informa a situação do espaço físico acadêmico, em suas variáveis básicas, como capacidade e utilização em termos de período

do, utilização e potencial de ocupação, distribuição de períodos utilizados por semana, dentre outros.

UFBA/ISP

147

RIO DE JANEIRO. Universidade Federal Rural. Coordenadoria de Planejamento. Rateio de despesa/aluno da UFRRJ. In: _____ *Pesquisas institucionais desenvolvidas no período de 1979-1980*. Rio de Janeiro, sd. (Relatório de Pesquisa).

Trabalho elaborado com a finalidade de mostrar a relação existente entre o total de despesas da Universidade e o número de alunos atendidos. O princípio é de que a existência da Universidade se confunde com a existência dos alunos matriculados, uma vez que é o ensino a pedra fundamental sobre a qual se assenta a estrutura da Universidade. Apresenta um rateio de despesa pelo número de alunos sob quatro enfoques: institucional, por instituto, por departamento, por curso. No rateio dos institutos e dos órgãos, o critério utilizado foi aluno/disciplina e, sob o enfoque institucional, aluno/ano.

UFBA/ISP

148

SILVA, Álvaro Braga de Abreu e. *Metodologia de distribuição de recursos para as Instituições Federais de Ensino Superior*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1975. 196p. (Dissertação de Mestrado).

O trabalho procura articular vários temas - a administração educacional, a política educacional, a análise financeira, o processamento e a análise de informações estatísticas numa perspectiva interdisciplinar para resolver um problema de

100

distribuição de um montante de recursos entre varias instituições de Ensino Superior. A investigação sobre as condições atuais de funcionamento deste tipo de processo administrativo, no âmbito do MEC, levou a possibilidade e a conveniência de propor outras estratégias de intervenção na alocação dos recursos. Dentre as várias alternativas é adotada uma concepção metodológica, partindo dos seguintes princípios gerais: 1) as necessidades das instituições devem ser quantificadas, e então servir de base para o critério de distribuição; 2) os procedimentos de decisão orçamentaria devem ser flexíveis, admitindo a manipulação dos parâmetros de calculo para a introdução de novas políticas e correção de distorções. A aplicação parcial do modelo na discussão orçamentaria de 1974/75 possibilitou a sua avaliação como instrumento gerencial por parte do MEC e comprovou sua possibilidade de sucesso nas atuais condições. Ficou também evidenciada a pratica de novos procedimentos e atitudes durante o processo de discussão dos orçamentos das 41 Instituições Federais de Ensino Superior, realizada no Departamento de Assuntos Universitários-DAU/MEC.

UFBA/ISP

149

SILVA, Paulo Roberto. *Modelo para determinação do tamanho ótimo da unidade departamental*. Uma abordagem dinâmica- Fortaleza, UFCE-CCA, 1976. (Relatório de Pesquisa).

Extensão da formulação do MEC para alocação eficiente dos recursos orçamentários na expansão dos recursos humanos. Considera as funções e atividades da unidade departamental e propõe o modelo levando em consideração a multiplicidade e a expansão das atividades do departamento. Generaliza e operacionaliza o modelo.

UFCE/CCA

101

SOARES, Magna. Produtividade do Ensino Superior. *Brasil Uni-versiário*. São Paulo, Anais Científicos, 27 (8G-87): 86-104. (Exposição).

A autora apresenta uma abordagem sistêmica do estudo da produtividade no Ensino Superior. Examina o grau de produtividade atingido pelas Universidades, analisa o conceito de produtividade como o equilíbrio entre custo-qualidade-adequação e as dificuldades encontradas para a avaliação da produtividade.

UFBA/ISP

VECCHIA, Marisa V. Formolo Dalla. *planejamento do controle de custos educacionais*. Porto Alegre, UFRGS, 1978. (Dissertação de Mestrado).

Trata da identificação e análise de princípios e práticas para o planejamento do controle ^{de} custos do ensino. Utiliza os dados coletados para efetuar o diagnóstico de infraestrutura de custos, na Universidade de Caxias do Sul. As conclusões, entretanto, assumem um caráter geral. Conclui-se que o controle de custos é um dos principais componentes do processo de otimização da instituição universitária, pois possibilita facilitar a minimização dos dispêndios de recursos e a maximização da produtividade do sistema.

UFBA/FACED

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)